



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE UnB PLANALTINA – FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE
E DESENVOLVIMENTO RURAL – PPG-MADER

JOSÉ WYLK BRAUNA DA SILVA

**A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO SUDOESTE DO PIAUÍ E
AS LUTAS DO POVO GAMELA NA R-EXISTÊNCIA NO
TERRITÓRIO INDÍGENA DE LARANJEIRAS**

Planaltina – DF
30 de junho de 2023

JOSE WYLK BRAUNA DA SILVA

**A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO SUDOESTE DO PIAUÍ E
AS LUTAS DO POVO GAMELA NA R-EXISTÊNCIA NO
TERRITÓRIO INDÍGENA DE LARANJEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

Orientador: Sérgio Sauer

Planaltina – DF
30 de junho de 2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Be Brauna da Silva, José Wylk
A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO SUDOESTE DO PIAUÍ E AS LUTAS
DO POVO GAMELA NA R-EXISTÊNCIA NO TERRITÓRIO INDÍGENA DE
LARANJEIRAS / José Wylk Brauna da Silva; orientador
Sérgio Sauer. -- Brasília, 2023. 98 p.

Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rural) -- Universidade de Brasília, 2023.

1. Fronteira agrícola. 2. R-existência. 3. Lutas pelo
território. 4. Povo indígena Gamela. 5. Comunidade
Laranjeiras. I. Sauer, Sérgio, Orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Todos os momentos vivenciados durante minha trajetória acadêmica contribuíram para este momento, de agradecimento, pela inspiração, por incentivos e motivações. Porém, antes disso quero agradecer a minha tia Maria Auzelita Alves da Silva, que me acolheu na residência do meu avô, pois meus pais não tinham casa na cidade. Essa ajuda contribui para minha permanência na universidade.

Partindo para pós-graduação, minha inspiração para realizar o sonho de cursar mestrado nasceu na educação do campo. Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – PPG-Mader, tive a oportunidade de estar realizando um sonho que passou a ser meu objetivo de vida.

Por isso, agradeço a coragem e determinação da minha mãe Luzinete Ferreira Brauna da Silva, mulher indígena, extrativista, quebradeira de coco e professora que teve a iniciativa de ir junto comigo fazer a prova para o vestibular da Educação do Campo. Nesse período eu não tinha nenhuma inspiração de vida, não tinha planos e nem ideias. Ao ingressar na Educação do Campo, tudo muda a partir do terceiro período, pois, me tornaria aluno da professora Maria do Socorro Pereira da Silva, a mulher que acreditou em mim e no meu potencial.

O princípio da inspiração nasce na decisão de acreditar em um aluno desacreditado por muitos. Me tornei bolsista de extensão e integrante do núcleo de pesquisa, uma verdadeira afronta ao modelo de universidade eurocêntrica. Uma teimosia que garantiu meu crescimento a partir de estudos e pesquisas na minha própria realidade, atualmente, território indígena de Laranjeiras.

As principais atividades foram: expedições pedagógicas, oficinas de saberes, proteção de nascentes, sustentabilidade hídrica e defesa dos baixões produtivos. Esses estudos despertaram em mim o desejo de lutar para defender o meio ambiente e meu povo. Por isso, me candidatei a vaga do mestrado no Mader, que é sem dúvidas, a maior construção da minha vida.

Me inspirar em minha professora foi uma decisão fundamental, pois nem eu mesmo acreditava em mim. Ao ser aprovado no mestrado a ficha realmente caiu, sou alguém capaz de conseguir. Por isso, decidir que seguir a carreira acadêmica seria meu objetivo de vida.

Para isso, os principais incentivos partiram do engajamento com as lutas sociais, as leituras, escrita de artigo, a participação em eventos e congressos, o contato com outras culturas, pessoas e ambientes. Tudo isso me incentivou e me fez perceber que sou capaz de trabalhar com as temáticas sociais e ambientais na universidade. Por tanto, o incentivo principal partiu da minha própria realidade, que foi a construção do artigo sobre sustentabilidade hídrica e proteção de nascente na última fronteira agrícola no território Laranjeiras.

Esse momento, junto com a expedição do parque das nascentes no Piauí, foi um grande incentivo, onde tomei a decisão em estudar o meio ambiente e lutar para proteger o bioma Cerrado. Também me incentivou a conhecer as riquezas ambientais do Piauí e o risco que correm devido a presença da agricultura empresarial. Por exemplo, várias nascentes sumiram em consequência dessa agricultura predatória.

Em seguida, com o mestrado em curso, foi possível entender minha própria história, meu lugar de fala, minha etnia e minha relação com o meio ambiente como indígena ativista. Foi a partir dessas percepções que pude chegar a um tema de pesquisa junto com meu orientador, Sérgio Sauer, para estudar minha própria realidade, o povo indígena Gamela de Laranjeiras. Por isso, agradeço de forma carinhosa e amorosa o cuidado que meu orientador teve em contribuir com minha pesquisa no mestrado.

Agradeço também a parceria de colegas e amigos de mestrado (Giuliana, Hélio, Millena, Iolanda e Joana) e, também, da minha professora Regina Coelly. Essas pessoas estão sendo fundamentais para seguir na escrita da dissertação. Por isso, agradeço com muito amor e carinho pelo cuidado, por me ajudar e por enviar forças na construção desse trabalho que é crucial para minha vida.

Dito isso, minha maior motivação nasce do sentimento de retribuir tudo que estou aprendendo como devolutiva para o povo Gamela de Laranjeiras. E dizer, também, que isso não seria possível sem as ajudas da minha mãe Luzinete Brauna da Silva e do meu pai José Adairton Alves da Silva. Também agradeço meus irmãos (Arcanjo, Dayne e Jordânia) pois tenho o desejo de ajudá-los com minha formação.

Minha motivação também é fruto do trabalho coletivo, resultado de muita conversa, depoimentos e orientações. Cursar mestrado é uma experiência incrível que estou vivenciando ao pesquisar minha própria realidade. Por isso, como indígena Gamela

continuo lutando para me manter na universidade e para proteger meu povo Gamela das ameaças do agronegócio.

Gratidão a minha vó espiritual pela jornada até aqui, e que venha muita força, motivação e inspiração para continuar avançando.

RESUMO

A partir da história do território indígena, esse estudo é sobre a expansão do agronegócio no Cerrado, mas especialmente sobre a r-existência (resistência e afirmação da existência étnica) do povo indígena Gamela na comunidade Laranjeiras, município de Currais no Piauí, Brasil. O Cerrado e o Matopiba – considerado umas das últimas fronteiras agrícolas – é o universo de estudo e pesquisa, pois a expansão da fronteira agrícola e dos monocultivos vêm gerando novos ou ampliando velhos conflitos fundiários, atingindo especialmente as comunidades tradicionais e povos do campo. A principal atividade do agronegócio são os monocultivos de soja em grande escala, com produção orientada para exportação, abrindo espaço para indústrias estrangeiras, em razão da política de Estado ser baseada no livre comércio. A afirmação da r-existência dos sujeitos indígenas no território de Laranjeiras parte das lutas sociais em defesa da água e da terra, ameaçados pela expansão da fronteira e pela lógica capitalista, que nega essa existência. As comunidades lutam por terra e, para permanecer na terra/territórios, a conservação do meio ambiente, especialmente das nascentes e águas, é fundamental. As lutas, resistências e r-existências do povo Gamela está intimamente relacionada à conservação da natureza na região e proteção de seus territórios.

Palavras-chave:

fronteira agrícola; Matopiba; R-existência; lutas pelo território; conservação ambiental; povo indígena Gamela; Comunidade Laranjeiras.

ABSTRACT

The research studies the expansion of agribusiness in the Cerrado and the r-existence of the Gamela people in the Laranjeiras community, municipality of Currais in Piauí. The Cerrado is the territory of study and research, because the expansion of the agricultural frontier and monocultures have been generating new or expanding old land conflicts, especially affecting traditional communities. The main agribusiness activity is large-scale soybean monocultures, with export-oriented production, making room for foreign investments, based on state policy supporting global free trade. The affirmation of the r-existence of traditional subjects in the territory of Laranjeiras is part of the social struggles in defense of water and land, threatened by the expansion of the agricultural frontier and by the capitalist logic that denies this existence. Communities struggle overland and, in addition to staying on land/territories, the conservation of the environment, especially springs and waters, is fundamental. The struggles, resistances, and r-existences of the Gamela people is closely related to nature conservation and protection of their territories.

Keywords:

agricultural frontier; Matopiba; r-existence; land struggle; environmental conservation; Gamela indigenous people, Laranjeiras Community.

Lista de figuras

- Figura 1 – Certidão de casamento do povo Gamela de Laranjeiras e Pirajá
- Figura 2 – Comunidade Laranjeiras - Consulta Pública Interpi
- Figura 3 – Comunidade Laranjeiras - Consulta Pública Interpi
- Figura 4 – Município de Currais (PI)
- Figura 5 – Nascente: método popular de medir o nível de pressão da água
- Figura 6 – Área plantada de cana, milho e soja no município de Currais (PI) – hectares
- Figura 7 – Área plantada em hectares de soja no município de Currais (PI)
- Figura 8 – Lavouras temporária (área colhida) em Currais – 1990-2020 (hectares)
- Figura 9 – Comunidade de Laranjeiras, localizada em Currais– (Piauí).
- Figura 10 – Auto mapeamento do território indígena Gamela de Laranjeiras
- Figura 11 – A irrigação da roça com a placa solar instalada na Comunidade Laranjeiras.
- Figura 12 – Audiência Pública na Comunidade Laranjeiras com Governo/Movimentos

Lista de quadros

Quadro 1 - Relatório quantitativo das famílias indígenas do município de Bom Jesus, Sudoeste do (PI) -----	32
Quadro 2 - Relatório quantitativo das famílias indígenas do município de Currais, Sudoeste do (PI) -----	33
Quadro 3 - Relatório quantitativo das famílias indígenas do município de Baixa Grande do Ribeiro, Sudoeste do (PI) -----	35
Quadro 4 - Relatório quantitativo das famílias indígenas do município de Santa Filomena, Sudoeste do (PI) -----	36
Quadro 5 - Relatório quantitativo das famílias indígenas do município de Uruçuí, Sudoeste do (PI) -----	37
Quadro 6 - Baixão do trevessão, território indígena (TI) de Laranjeiras -----	72
Quadro 7 - Baixão do milho, território indígena (TI) de Laranjeiras -----	72
Quadro 8 - Baixão Chico de dentro, território indígena (TI) de Laranjeiras -----	73
Quadro 9 - Baixão Chico de fora, território indígena (TI) de Laranjeiras-----	73
Quadro 10 - Baixão dos cabocos, território indígena (TI) de Laranjeiras-----	74
Quadro 11 - Baixão da Pendanga, território indígena (TI) de Laranjeiras-----	74
Quadro 12 - Baixão da São Vicente, território indígena (TI) de Laranjeiras-----	74
Quadro 13 - Baixão da Vereda, território indígena (TI) de Laranjeiras -----	75
Quadro 14 - Baixão do Brandão, território indígena (TI) de Laranjeiras -----	75
Quadro 15 - Baixão dos Arrecifes, território indígena (TI) de Laranjeiras -----	76
Quadro 16 - Baixão da farinha de puba, território indígena (TI) de Laranjeiras -----	76

Lista de siglas e abreviações

TI – Território Indígena

AIGL – Associação dos Indígenas Gamela de Laranjeiras

Funai – Fundação Nacional do Índio

Interpi – Instituto de Terras do Piauí

IAP – Investigação-Ação Participante

TPP – Tribunal Permanente dos Povos

BP – Baixões Produtivos

BT – Baixão do Treessão

BM – Baixão do Milho

BCD –Baixão Chico de Dentro

BCF –Baixão Chico de Fora

BC – Baixão dos Cabocos

BP – Baixão da Pendanga

BSV – Baixão São Vicente

BV – Baixão da Vereda

BD – Baixão do Brandão

BA – Baixão dos Arrecifes

BFP – Baixão Farinha de Puba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1: História e constituição do território e do povo Gamela de Laranjeiras	8
1.1 <i>Origem e história do povo Gamela no Território Indígena (TI) de Laranjeiras</i>	8
1.2 <i>A constituição do território Gamela no Sudoeste do Piauí: retomada da terra indígena (TI) de Laranjeiras</i>	18
CAPÍTULO 2: Expansão do agronegócio, disputa por terra e o papel do estado no reconhecimento do território indígena (TI) de Laranjeiras	33
2.1 <i>O papel do Estado no reconhecimento do território indígena (TI) de Laranjeiras: ações e omissões do Interpi e da Funai</i>	34
2.2 <i>Expansão da fronteira e disputa por terra no bioma Cerrado: avanços, ameaças e problemas socioambientais</i>	45
2.3 <i>Expansão das lavouras de soja no território indígena (TI) de Laranjeiras: a narrativa de combate a fome para justificar a exportação de commodities</i>	52
CAPÍTULO 3: R-existência Gamela, lutas por reconhecimento e proteção da natureza	61
3.1 <i>R-existência do Povo Gamela no território indígena (TI) Laranjeiras, Sudoeste do Piauí: A luta por etnia, terra e proteção da natureza</i>	61
3.2 <i>A luta por reconhecimento do povo Gamela: estratégias e a criação da associação indígena na luta pela demarcação da terra</i>	71
APONTAMENTOS PARA UMA CONCLUSÃO	80
REFERÊNCIAS	84

INTRODUÇÃO

A história do território indígena Gamela de Laranjeiras revela muitas lutas e desafios. Minha maior motivação para realizar essa pesquisa de dissertação nasce do senso de realidade, da percepção de lugar no mundo, do pensamento coletivo do povo Gamela. Consequentemente, nasce do legado dos ancestrais indígenas: a terra, água, matas, a cultura e os costumes do Povo Gamela.

Construir esse estudo foi desafiador e, ao mesmo tempo, inspirador, pois se trata da minha própria realidade e história familiar como indígena Gamela em contexto de emergência étnica. Portanto, a motivação para escrever a história do meu povo Gamela é esse laço ancestral. As lutas por nosso território, nossas terras, nossas águas, nossas matas fazem parte da escrita dessa dissertação, sistematizando nossa história. A terra é nossa mãe, a água e a mata são nossa vida e o Cerrado é nossa casa, que rabisco nessa dissertação.

O povo Gamela de Laranjeiras é o centro desta pesquisa. Essa história tem como desafio existir (viver) e resistir, portanto, r-existir os problemas do avanço da fronteira agrícola. Por isso, o povo Gamela de Laranjeiras luta por demarcação da terra, em caráter de urgência étnica, defendendo o território e o modo de vida e existência.

O objetivo dessa pesquisa é construir um documento discutindo a demarcação da terra como emergência étnica. A herança, deixada por nossos ancestrais Gamelas, exige resistência e conservação. Na atualidade, a principal ameaça é a expansão do agronegócio na região – definida como última fronteira agrícola –, com os desmatamentos e ampliação do cultivo da soja.

O maior desafio da luta do povo Gamela é frear o desmatamento e os impactos sociais e ambientais desses monocultivos extensivos de soja. Esse modelo de agricultura empresarial coloca em risco a existência e a permanência do povo Gamela no território. Nossa r-existência – existir e resistir – passa pelo reconhecimento da terra e dos direitos territoriais indígenas. A luta por terra, e pela defesa do território nascem com o autorreconhecimento como Gamela, lutando por proteção de direitos e preservação da natureza. Essa pesquisa busca evidenciar essa r-existência, especialmente na disputa por terra e água no território Laranjeiras.

A noção de terra indígena é o espaço de produção da vida e da agricultura indígena. Portanto, a função social da terra é parte vinculante ao processo de identidade étnico-cultural; é a cultura e a relação entre indígena e meio ambiente. A terra é o espaço de saberes, das vivências e de tecnologias socioprodutivas indígenas. Consequentemente, o conceito de território é fundamentado na história ancestral e originária, enquanto espaço demarcado e de vivência do povo Gamela em Laranjeiras.

Os laços ancestrais e culturais explicitam os problemas e as lutas do território indígena de Laranjeiras. Consequentemente, a(s) pergunta(s) dessa pesquisa são: Quais lutas o povo Gamela assume no enfrentamento à expansão do agronegócio? Como se dá a emergência étnica na r-existência por proteção social e ambiental em Laranjeiras?

O problema de pesquisa – e a luta principal do povo Gamela – é o reconhecimento e a demarcação da terra indígena. Como forma de enfrentamento a expansão do agronegócio e as consequências de sua ação extrativista predatória, como o desmatamento. O desmatamento é um segundo problema, decorrente do aumento do plantio de soja, iniciado ou acelerado a partir dos anos 1990, com consequências sociais e ambientais (disputa pela terra, invasão, conflitos, ameaças, contaminação e poluição), comprometendo a permanência e sobrevivência do povo Gamela no território.

A destruição ambiental (contaminação, desmatamento), causada pelo monocultivos, atropela o princípio da prevenção e da precaução, rompendo com o ciclo natural da biodiversidade e inviabilizando a reprodução étnico-cultural do povo Gamela. Consequentemente, as lutas Gamelas implicam ações de enfrentamento e resistência para permanecer no território Laranjeiras. Para resistir e viver no território, é fundamental mitigar o avanço do agronegócio, diminuindo os impactos sociais e ambientais para os Gamelas, especialmente freando o desmatamento e forçando a redução do uso de agrotóxicos.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as consequências da expansão do agronegócio, a r-existência do povo Gamela e as lutas pela demarcação da terra e proteção social e ambiental no território de Laranjeiras. Os objetivos específicos do estudo foram: (i) resgatar a história do povo do povo Gamela, enquanto parte da construção do território indígena (TI); (ii) investigar a expansão do agronegócio, especialmente a produção de soja e suas consequências sociais e ambientais, (iii) pesquisar a r-existência do povo Gamela na luta por direitos territoriais, sociais, políticos e ambientais.

A metodologia foi a participação militante. Esse método de pesquisa parte da conversa-ação, coletando depoimentos, testemunhos, histórias de vida dos sujeitos tradicionais participando nos processos e cotidiano da comunidade. Como, na condição de pesquisador, pertencendo ao ambiente de estudo, a pesquisa e o estudo foram no e sobre o próprio território, combinando busca de conhecimento sobre direitos e pertencimento à luta Gamela.

A investigação-ação participante (BORDA, 1981) embasa uma participação militante, sendo que o estudo é construído no ambiente do pesquisador. A construção da pesquisa nasce da ação do pesquisador que estuda seu próprio ambiente, estabelecendo uma relação sujeito-sujeito-território.

Segundo Borda (1981), esta pesquisa adota uma abordagem participante, estudando *in loco* a história e os problemas sociais e ambientais, especialmente os conflitos gerados pela expansão do agronegócio. Portanto, a participação direta e cotidiana está no território e no estudo, sendo uma aprendizagem sistematizada da vivência, que transcende o conhecimento empírico.

Esses processos de conversa-ação e/ou de pesquisa militante foram realizados com base em estudos metodológicos de Borda (1981) sobre investigação-ação participante. Consequentemente, as técnicas e ferramentas de levantamento de dados foram diálogos individuais e rodas de conversa sobre a história e as lutas do povo Gamela de Laranjeiras. Com base na vivência cotidiana, foram mapeados sujeitos (lideranças e pessoas de referência) para entrevistas e conversas sobre o território.

Esses diálogos foram realizados em 2022, no território indígena de Laranjeiras. Em um primeiro passo, a pesquisa coletou relatos e histórias dos Indígenas Gamelas na região. Os levantamentos foram realizados de maneira didática, explicando termos científicos no linguajar empírico dos Gamelas. Foram observadas e anotadas em caderno de campo, por exemplo, informações sobre o modo de vida dos mais velhos; plantio de mandioca; proteção das matas e da água do brejo; os baixões como lugares de produção e de criação de pequenos animais; diferenças da vida de antigamente e na atualidade, entre outros temas.

Uma roda de conversa foi realizada com duas mulheres lideranças indígenas, que contaram e compartilharam memórias e histórias sobre a presença dos Gamelas, em sessenta (60) anos de vida no território. Foi realizada uma conversa com o Cacique dos

Gamelas na região Sudoeste do Piauí, sobre as ameaças da expansão do agronegócio. Foi realizada ainda uma conversa com o Cacique Gamela de Laranjeiras, coletando informações sobre os desafios para a demarcação da terra e os processos de titulação.

As conversas e entrevistas perguntaram pelos principais desafios na atualidade, especialmente os relacionados à expansão do agronegócio. Foram observadas, mencionadas e anotadas várias mudanças sociais e ambientais, como por exemplo, mudanças da chuva, contaminação da água, a perda de terras (erosão, perda da qualidade do solo), mas especialmente conflitos e disputas por terra.

O estudo coletou depoimentos, mapeando ferramentas e lutas de r-existência, explicitando a ‘emergência étnica’ a necessidade de reconhecimento e demarcação da terra. Este levantamento foi realizado com base em relatos, depoimentos e rodas de conversa, nos quais participaram pessoas mais idosas (idade acima de sessenta anos). Esses sujeitos têm histórias e trajetórias de vida; são, portanto, a história e a memória do território indígena Laranjeiras, verbalizando a história e a r-existência dos Gamelas.

Resumindo, a coleta de dados e informações em campo foi realizada por meio da participação militante, com diálogos, trocas em conversas, coleta de depoimentos e observação militante e participação direta no cotidiano no território estudado. Essa pesquisa foi, portanto, realizada no e sobre território de Laranjeiras. Os Gamelas contaram sua história, vivências, experiências, lutas e r-existências no território. Consequentemente, a própria análise de dados e o estudo das informações, que constam nessa dissertação, foram baseados nos relatos e depoimentos dos Gamelas. Essa investigação foi, portanto, parte de uma construção coletiva do conhecimento, combinando memória, história, práticas e conhecimentos teóricos. Segundo Borda (1981, p. 7), “A ciência, longe de ser aquele monstruoso agente da ficção científica, nada mais é do que um produto cultural do ator humano, um produto que responde a necessidades coletivas específicas”.

A história indígena é construída por invasão, intimidação, ameaças, violência, assédio e mortes, o que aconteceu e acontece no território Laranjeiras. Romper esse pensamento colonialista e paradigmático é resistir às ideias coloniais e lutar pelos direitos sociais, ambientais, econômicos e políticos. Esse é um propósito que visa um bem comum, a luta coletiva pelo direito à vida e à terra, que acontece na comunidade Gamela.

Acosta (2015, p. 29) afirma “Como parte da construção coletiva de um novo pacto de convivência social e ambiental, é necessário construir espaços de liberdade e romper todos os cercos que impedem sua vigência”. Isso diz muito sobre descolonizar e romper com os paradigmas, visando à transformação social, à construção coletiva dos saberes, às rodas de conversas e à construção social.

A colonização dominou territórios, povos e mentes. O domínio dos territórios está relacionado com a invasão das terras indígenas. Consequentemente dominando povos e mentes com o pensamento eurocêntrico. Atualmente, a expansão dos monocultivos é responsável pela invasão de terras e domínio social por meio das falácias do desenvolvimento.

Nesse desenvolvimento, os mais afetados são os povos tradicionais, que ficam expostos a vulnerabilidades sociais, políticas, culturais e econômicas. Essa ideia nasce do protagonismo hegemônico do colonizador, moldado pela modernidade tecnológica, ocultando a apropriação de terras e destruição da natureza. Porto Gonçalves (2013, p. 5) afirma que “Nessa ordem moderno-colonial, o polo ativo é o moderno. Daí dizer-se modernização que é o modo como o moderno se expande por e para outros lugares, regiões e povos”, destruindo os modos de vida indígenas.

A história Gamela é anterior a chegada das primeiras atividades do agronegócio na região. No entanto, o ano 1990 é um marco histórico, pois inicia um período desafiador na vida povo Gamela, com o início dos cultivos soja na região. Esses cultivos ameaçaram a existência indígena no território, por isso o povo resiste as intimidações e ameaças dos produtores de soja.

A história de luta do povo Gamela passa pela construção do pensamento ancestral, de cuidar e de defender a terra. A r-existência tem como objetivo o reconhecimento como indígena Gamela e a demarcação da terra. Nessa perspectiva, as lutas buscam a demarcação para garantir, direitos territoriais, a proteção ambiental e o direito étnico de existir como indígena.

O termo r-existência é fundamentado no conceito de Porto Gonçalves (2013). R-existência significa dizer que o povo Gamela existia no território antes da chegada do agronegócio. Com a chegada e/ou expansão da fronteira agrícola, o povo Gamela resistiu à invasão e às primeiras atividades do agronegócio no cultivo de soja. Portanto, a

retomada da terra é a r-existência do povo Gamela na luta pelo território ancestral (PORTO GONÇALVES, 2013).

Por isso, se configura uma luta ancestral no sentido de enfrentar as estruturas de poder social, político e econômico da expansão do agronegócio. Essas estruturas são fincadas pelo estado, empresas públicas e privadas, bancos e empresas internacionais. Esses setores têm como objetivo a modernização da agricultura no Cerrado brasileiro.

Portanto, é um dos motivos, pelo qual, a r-existência Gamela, se impõe no enfrentamento, diante do modelo, moderno-tecnológico, público privado do agronegócio. A iniciativa principal desse enfrentamento é o autoreconhecimento como indígena Gamela na luta pelo direito do acesso à terra. Seguida da criação da associação de povos indígenas do território Laranjeiras, para proteção social e ambiental.

Desse modo, o capítulo um (1) apresenta a história do povo Gamela no Piauí e no território Laranjeiras. Contando os principais desafios para sobreviver, resistir à colonização e continuar existindo diante das ameaças. Para isso, os principais desafios são conter a expansão da soja a luta pela terra, e a proteção ambiental.

O capítulo dois (2) discute a constituição do território de Laranjeiras, os problemas de acesso e regularização da terra no estado do Piauí, a expansão do agronegócio da produção de soja e os impactos ambientais. O território de Laranjeiras está localizado na região dessa expansão, por isso, sofre impactos socioambientais, ameaças, intimidações e violação dos direitos humanos. E o capítulo três (3) que apresenta a r-existência dos Gamelas que é a luta por terra, reconhecimento étnico, proteção ambiental e organização coletiva na criação da associação de povos indígenas e tradicionais de Laranjeiras como estratégia de luta por etnia, sobrevivência e demarcação da terra.

CAPÍTULO 1

História e constituição do território e do povo Gamela de Laranjeiras

1.1 Origem e história do povo Gamela no Território Indígena (TI) de Laranjeiras

A origem e a história do povo Gamela estão localizadas no território Laranjeiras, no bioma Cerrado no município de Currais (PI) no nordeste brasileiro. Atualmente, são 71 famílias indígenas residindo no território. Segundo o IBGE (2021) Currais tem uma população de 4.704 pessoas.

Do ponto de vista da origem o termo “Gamela” surge no início do século XVIII no Piauí, usado pelo padre Raphael Bluteau. Esse uso do termo está relacionado com vasos de paus côncavos, troncos vazados, acrescentando que “Gamela” vem da palavra “Gabata” ou “camella”. Segundo Almeida e coautores (2022, p. 97), “Mesmo com todas essas definições, o religioso não associou o termo Gamela aos possíveis etnônimos indígenas presentes no estado do Brasil e Maranhão[...]”

Do ponto de vista cultural, a expressão Gamela, no século XIX, surge no Dicionário de Botânica Brasileira de Joaquim de Almeida Pinto. Almeida e coautores (2022, p. 97) e “[...]informa que a palavra gamelas tinha sua relação com os “figos do mato” a que denominamos gameleiras”¹O povo Gamela vivia em aldeias e sobrevivia dos recursos da terra e das matas e desempenhavam atividades medicinais com as plantas.

A origem e a presença indígena Gamela no Piauí, ao longo do Rio Parnaíba, conforme estudos de Almeida e coautores (2022, p. 99), “remonta a citação de Alencastre, em 1857, publicada em 1857 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Essa presença se estende também ao longo do rio Gurgueia e aos brejos do território Laranjeiras, foco desse estudo.

Almeida e coautores (2022, p. 99) destacam que

A respeito da documentação levantada sobre os Gamela do Piauí, gostaríamos, em primeiro lugar, de destacar que o relato do padre Miguel de Carvalho elaborado em 1697 que, ao listar diversos povos indígenas que habitavam a capitania conquistada pela Coroa portuguesa havia poucas décadas, não fez qualquer menção aos Gamela.

¹ Presente em todas as partes do Brasil e do Maranhão, as gameleiras se subdividiam em três espécies, as gameleiras bravas (*Ficus glabus*), gameleiras brancas ou de purga (*Ficus doliaria*) e as gameleiras trepadeiras (*Syphonia volubis*), desta última, sua madeira servia para construir gamelas, além do uso como remédios para boubas dos pés (cravos).

O fato de não mencionar os Gamelas nas escrituras revela as tentativas de apagamento da história indígena Gamela no Piauí. Essa ação coordenada por missionários e capitânias revelam também a resistências dos Gamelas para sobreviver ao processo de conquistas da coroa. Por isso, os Gamelas fugiram para outras áreas no interior do estado, chegando na região de Laranjeiras.

A história Gamela no Piauí é constituída de perseguição e invisibilização a partir das ações missionárias e da invasão colonial. Almeida e coautores (2022, p. 99) complementam: “É evidente que Carvalho não conhecia todos os grupos indígenas daqueles sertões[...]” confirmando que muitos indígenas foram invisibilizados por intimidações e perseguições missionárias a serviço da colônia.

Almeida e coautores (2022, p. 100) explicam “Os Gamela poderiam ser uma dessas nações ainda não contatadas, ou um povo que se formaria durante o processo de colonização, ou ainda os que ele chamou de Beijudos, habitantes das cabeceiras do rio Gurgueia[...]” a perseguição ao povo Gamela resultou em aldeamento em áreas de rios e brejos.

Segundo Almeida e coautores (2022, p. 102), “Em carta de 1754, o Governador e Capitão General do Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato de Sousa, respondeu ao rei D. José sobre os conflitos com os povos nativos e a tentativa de estabelecimento de um aldeamento dos Gamelas”.

Esse projeto de aldeamento dos Gamelas, foi um período de invasões, perseguições, escravização e mortes. Os grandes fazendeiros, que também eram políticos, fomentaram essas iniciativas violentas, protagonizadas por militares. E, isso tudo, resultou no quase apagamento dos povos indígenas, inclusive dos Gamelas no Piauí.

Em casos mais extremos, os generais² recrutavam indígenas (homens, mulheres e crianças) para lutar suas guerras e atingir os interesses do rei. Almeida e coautores (2022, p. 102) “Em 1752, na cidade de São Luís do Maranhão, foi convocada a Junta das Missões para organizar a bandeira contra os Akroá e Timbira no sertão do Piauí” os objetivos dessas juntas eram formar alianças e conquistar povos e territórios.

Almeida e coautores (2022, p. 102) revela “Em agosto do mesmo ano, o cabo Jacinto Sampaio invadiu a aldeia Timbira, onde fez mais de quarenta escravos, entre

² Os generais assumiam papel de governadores e capitão general. Travavam guerras contra indígenas na disputa por território, promoviam o aldeamento dos Gamelas e combatia os povos indígenas do Piauí.

homens, mulheres e crianças[...]” essas violências propagadas contra os povos originários se refletem nas iniciativas da captura de indígenas no mato.

O povo Gamela fugia do aldeamento protagonizado por jagunços e missionários, promovendo a migração dos indígenas para outras terras. Conforme explica Almeida e coautores (2022, p. 104) “O missionário encarregado de realizar o processo de aldeamento dos Gamela foi ao rio Mearim efetivar o descimento dos indígenas, conforme determinava as instruções dadas pelo Capitão General”.

Almeida e coautores (2022, p. 104) acrescenta “Segundo nos informa Apolinário, o aldeamento dos Gamela recebeu o nome de Aldeia da Nossa Senhora da Piedade, sob a direção do Jesuíta Antônio Machado”. Essas perseguições limitaram os indígenas Gamela, tanto do ponto de vista da terra, como da cultura. Isso permeou por séculos, durante todo período colonial.

Para Almeida (2022, p. 104) ainda existia receios por parte dos militares e dos missionários:

O padre informava também que os Gamela não eram inimigos dos Akroá, “diziam que eram parentes, pois falavam a mesma língua e tinham os mesmos costumes” [...] O receio do padre era de que por não serem inimigos, os Gamela e Akroá pudessem se unir contra os invasores de suas terras, como já havia acontecido em 1740.

Nessa perspectiva a resistência Gamela foi passada para as próximas gerações, pois na história contemporânea os Gamelas retomam suas terras com muita luta e resistência. O silenciamento durante tanto tempo foi para resistir as invasões e perseguições do período colonial no Brasil

Desse modo, é fundamental afirmar que os povos indígenas são os primeiros habitantes do Brasil. Falar hoje dos povos originários do Brasil significa falar de uma diversidade de povos, terras, matas, rios, brejos e uma infinidade de espécies.

Baniwa (2006, p. 17) informa que:

Estimativas apontam que no atual território brasileiro habitavam pelo menos 5 milhões de pessoas, por ocasião da chegada de Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500. Se hoje esse contingente populacional está reduzido a pouco mais de 700.000 pessoas, muitas coisas ruins as atingiram.

A diversidade de povos, habitantes e terras foram drasticamente reduzidas e moldadas ao pensamento Europeu colonialista. O continente Latino Americano é

conhecido pela vasta expansão territorial, com terras potencialmente produtoras, especialmente no Brasil. Por isso, nesses 500 anos de história, os povos indígenas têm resistido para existir, reconstruindo as famílias, a cultura e o meio ambiente.

No contexto indígena do Piauí, o desmonte do povo indígena Gamela começa no início do período republicano. Almeida e coautores (2022, p. 104) alerta:

Nesse sentido, no decorrer do século XIX e com a entrada do período republicano, uma considerável parcela da população e da ação político-intelectual usou esse discurso para consolidar a narrativa do extermínio dos povos indígenas no Piauí, categorizando-os como mestiços, caboclos.

Segundo as anotações no caderno de campo (2022), as Histórias contadas por indígenas Gamela no território Laranjeiras, confirmam essa versão. A expressão “minha vó foi pega no mato por cachorros e/ou vaqueiros” confirma as violências, abusos, maus-tratos, estupros e trabalho escravo. A história Gamela no território Laranjeiras nasce nesse contexto construído por violências e ameaças.

Por isso, segundo o caderno de campo, a expressão “minha vó era caboca e foi pega no mato” diz muito sobre as perdas identitárias do povo Gamela, a língua, os costumes, resultado de perseguições e ameaças no estado do Piauí. Almeida e coautores (2022, p. 112) alertam “No século XX, a denominação de “estado sem índios”, junto com o Rio Grande do Norte, já era um consenso especialmente entre os intelectuais e a academia piauiense”

Essa parte da história se constitui na primeira metade do século XIX, assim o dizem, “sempre tivemos que lutar, era muito sofrido, até a comida era difícil” esses são depoimentos anotados no caderno de campo (2022) uma fala que lembra a história de muitos indígenas do Brasil. No entanto, vale lembrar que, antes desse período, os Gamela vivenciaram conflitos violentos.

A segunda metade do século XIX marca o período dos primeiros registros do povo Gamela. Segundo as anotações do caderno de campo os Gamelas viviam dos recursos da terra, das matas e da carne de caça. A relação com a natureza era de forma harmônica protegendo a biodiversidade do Cerrado.

O ano do Carrar ³em 1984, marcou um período de muitas ameaças seguida de intimidações ao povo Gamela para sair das terras. Seu encarregado, Mendonça, era o responsável por desempenhar o papel de jagunço da fazenda, promovendo intimidações e ameaças. No entanto, o povo Gamela resistiu as ameaças e intimidações e permaneceu no território.

O ano do Tasso Gerissart ⁴em 1992, junto com seu encarregado Guilhermano, deu origem ao momento mais crítico do território. Com o avanço da soja, o território foi limitado às áreas produtivas, abrindo espaço para o aumento da produção de soja. Isso revela os motivos da disputa pela terra, pois, até os dias atuais permanece o conflito por terra e água.

O conflito armado do ano 2017 ⁵entre o povo Gamela e o agronegócio da soja, ameaçando, intimidando e violando os direitos humanos do povo Gamela. O termo “armado” se refere a força polícia exercendo papel de segurança do fazendeiro de intimidação aos Gamelas. Portanto, o povo Gamela reivindica o direito de continuar vivendo nessa terra.

Em 2021, o povo Gamela se mobiliza e cria a associação indígena, no intuito de fortalecer a luta pela retomada da terra. Essa é uma luta para fortalecer o processo de demarcação da terra, para garantir proteção social e ambiental. No entanto, vale lembrar que essa luta atual é decorrente do período colonial, pois o povo Gamela já vivia no estado do Piauí desde o século XVIII.

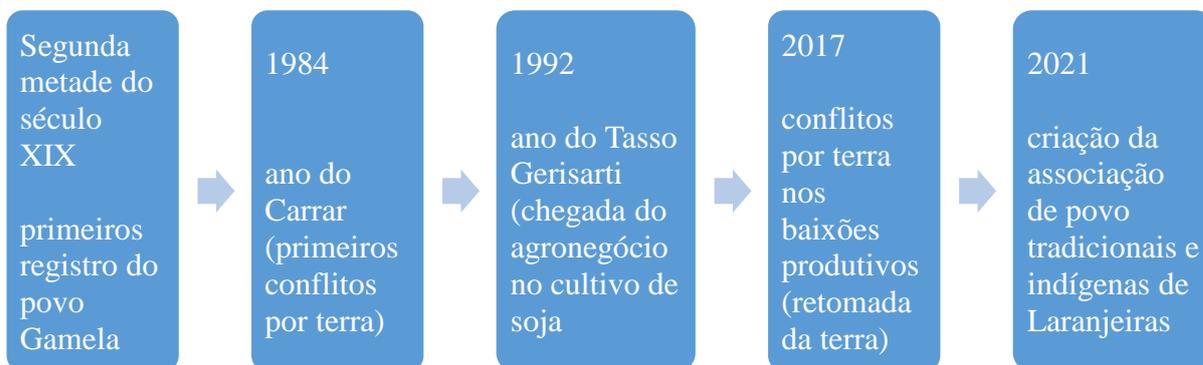
A linha do tempo ilustra a origem da luta do povo Gamela diante das ameaças do agronegócio no território indígena (TI) de Laranjeiras. A ideia da linha do tempo explica a trajetória das lutas sociais, ambientais, sobrevivência e resistências do povo Gamela.

³ Carrar é o sujeito responsável por se auto intitular dono da Fazenda Laranjeiras, encarregado de exercer a função de jagunço, amedrontando, intimidando e ameaçando o povo Gamela na tentativa de expulsá-los de suas terras no território Laranjeiras.

⁴ Segundo invasor, intitulado novo dono da Fazenda Laranjeiras, responsável por implementar as primeiras atividades do agronegócio no cultivo de soja. Essas atividades ocultam desmatamento, impactos socioambientais, contaminação e poluição no território Laranjeiras. Segundo Moraes (2000, p. 160), “no Piauí, a situação da safra da 1999, no mês de maio (IBGE, 1999) revela 80.663 toneladas de soja, em 32.181 hectares “

⁵ O conflito armado é resultado da disputa por terra entre o povo Gamela e a polícia do agronegócio. Episódio tenso com disparos de armas de fogo, intimidação, violação de direitos e prisão ilegal sem mandado de prisão expedido por um juiz.

Linha do tempo de parte da história do povo Ganela



Fonte: Anotações no caderno de campo (2022) – elaboração própria

Essa linha do tempo tem como objetivo apresentar a origem do povo Gamela no território Laranjeiras. Também apresenta os problemas enfrentados pelos Gamelas no território Laranjeiras. Os principais problemas são: desmatamento, invasão das terras indígenas, contaminação, poluição, intimidações e violação dos direitos humanos. A história de luta do povo Gamela nessa região, revelam: perseguições, ameaças, invasão das terras, desmatamento do Cerrado, assoreamento e poluição. Bonin (2021, p. 24) afirma:

No caso dos povos indígenas, a perda do domínio sobre o território significa, também, a perda de controle sobre a própria vida e sobre o futuro. Para eles, o território é espaço de experiência do ser e de produção das culturas e formas singulares de viver, e, portanto, a violação do direito à terra é também um modo de desumanização da pessoa

A terra é um lugar sagrado para o povo indígena, os ancestrais cultivaram, plantaram, colheram e cuidaram dos seus modos de vida. A terra como espaço de memória, de construção cultural e dos saberes tradicionais. Por isso, a terra é vida, e a violação do direito, custa a vida do povo indígena.

Para Bonin (2021, p. 24), “O ano de 2021 representou, para os povos indígenas, a continuidade e o aprofundamento de um quadro estarrecedor de violências, derivadas, em larga medida, das investidas contra o direito à vida e aos territórios.” Esse período, para o povo originário de Laranjeiras, foi de muitos retrocessos na política de proteção social e ambiental.

A etnia indígena permanece viva no território Laranjeiras como forma de resistência as atrocidades dos colonizadores. Atualmente esses colonizadores são sulistas, produtores de grandes fazendas de soja no Piauí. O povo Gamela de Laranjeiras resistiu as primeiras atividades do agronegócio de forma silenciosa, limitados e amedrontados pelas ameaças de mortes.

Os Gamelas carregam na memória as riquezas de suas terras, o potencial hídrico, as matas, os animais e as matas. “Viver a memória dos ancestrais significa projetar o futuro a partir das riquezas, dos valores, dos conhecimentos e das experiências do passado e do presente, para garantir uma vida melhor e mais abundante para todos os povos” (BANIWA, 2006, p. 17). Essa memória é parte da r-existência para proteger o território Laranjeiras dos impactos socioambientais.

Esses impactos são resultado da colonização no Brasil. O pensamento colonial de 500 anos atrás permanece vivo nos sulistas produtores de soja no Piauí. Esse pensamento é a ideia de poder sobre o outro. Conforme afirma Quijano (2005, p. 117), “[...] em termos de colonialidade, poder e Eurocentrismo, é importante conhecer o processo de formação social, guiado por poder sobre os outros”.

Essa é uma história de sobrevivência do povo Gamela de Laranjeiras em relação ao poder da colonialidade. Antes da chegada dos sulistas na segunda metade do século XIX os Gamelas viviam sem conflitos e em harmonia com a natureza. Com a chegada dos primeiros sulistas em 1984, o território para a conviver com ameaças, ou seja, o pensamento de superioridade sobre o outro.

Por isso, Quijano (2005, p. 117) faz a seguinte interpretação do poder regido sobre as raças:

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo.

A expressão “Eurocentrismo” parte da construção do pensamento Europeu. Essa é uma ideia que separa os dominadores dos dominados e afunila as raças e a sociedade. Esse pensamento apresenta os sulistas como sujeitos trabalhadores, empregadores, desenvolvidos e defensores dos bons costumes. E classifica os povos e comunidades tradicionais como preguiçosos.

Explorar a terra, os recursos naturais e gerar riquezas nasce do pensamento colonialista. Por isso, a ideia de desmatar para plantar, desbravar território, avançar sobre terras indígenas passa uma visão de progresso e desenvolvimento. Para isso, os sulistas colonizam mentes e moldam as sociedades com as imaginações fantasiosas do desenvolvimento.

Assim, “Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido” (QUIJANO, 2005, p. 117). A discursão sobre colonização parte do pensamento sulista principalmente a ideia de domínio de domínio sobre o outro e sobre a natureza.

Exemplos são as intimidações, ameaças e invasão da terra indígena Laranjeiras. O desmatamento em virtude de uma agricultura moderna e tecnológica para produzir grãos. Para isso, explora terras e povos a serviço do capital estrangeiro, submetendo a natureza as vontades e desejos do homem.

Por isso é importante entender os motivos da exploração dos povos, indígenas no Piauí, especialmente o povo Gamela. Oliveira (2021, p. 14) alerta:

O relatório de Violência contra os Povos Indígenas, com os dados de 2021, retrata essas e outras ações do governo na concretude do aumento da violência duramente sentida no dia a dia das aldeias. Verificamos o aumento das invasões aos territórios, o ataque ao patrimônio indígena, às pessoas indígenas, com assassinatos brutais, ameaças de toda sorte e variadas formas de desassistência.

As investidas na violência revelam o projeto de genocídio contra povos e territórios indígenas no Brasil e, especialmente, no Piauí. O povo Gamela do Piauí sobrevive ao projeto em curso da expansão da fronteira agrícola. Em especial o território de Laranjeiras que será debatido no capítulo 2 desse estudo.

As ameaças, invasões e mortes dos povos indígenas são legados do período colonial construído por uma elite branca europeia. Segundo Quijano (2005, p. 119), “E tudo isso, foi, posteriormente, reforçado e consolidado através da expansão e da dominação colonial branca sobre as diversas populações mundiais”. É a mentalidade branca em curso, exercendo o domínio sobre os indígenas e a natureza.

A terra é objeto de desejo dos sulistas para gerar acúmulo e concentração de capital. Essa terra em disputa é ambiente ancestral dos povos indígenas no território Laranjeiras e em todo Brasil. No entanto, é cobiçada por estrangeiros e empresários

agindo com intimidações e violências na tentativa de expulsar os indígenas da terra ancestral.

Discutir a situação dos Gamelas na sociedade é urgente na agenda política, social e econômica do estado. A disputa por terra é a principal causa de conflitos gerando problemas sociais e ambientais. Isso acontece devido a narrativa do desenvolvimento na geração de emprego e renda atraindo grandes investimentos do estado e de empresas estrangeiras.

Essas ações abrem espaço para instalações de empresas no Cerrado com tendência a exploração da força de trabalho dos indígenas. Por isso, Quijano (2005, p.120) nos lembra que “Sobretudo antes da Independência, a reprodução da força de trabalho do servo índio se fazia nas comunidades”. Essa é uma mentalidade construída pelo colonizador e praticada pelos “novos” colonizadores, principalmente contra os Gamelas de Laranjeiras.

O pensamento eurocêntrico dos “novos” colonizadores é representado por ideias tecnológicas e modernas transformando o campo em industrial rural. A tecnologia é a principal ferramenta responsável por transformar a natureza a serviço do capital. O trabalho realizado pelas empresas gera lucratividade por meio da exploração da mão de obra barata dos povos tradicionais.

A história mais recente do território Laranjeiras apresenta problemas graves, um exemplo é a relação de conflito com os grandes do agronegócio. Isso acontece em consequência das tentativas de negação da existência indígena no território. A negação tem como objetivo apagar a história indígena e das lutas de resistências.

Esse é um pensamento de que o branco é superior ao povo preto e indígena. Portanto, o poder do branco é a ideia do domínio e dos privilégios de emprego, renda e conhecimento. Por isso, Quijano (2005, p. 121) faz a seguinte afirmação:

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos.

A exploração da força do trabalho é uma realidade vivenciada por indígenas Gamelas no território Laranjeiras. Por um lado, é uma fonte de renda e sustento familiar, por outro lado é expropriação da terra e exploração da força de trabalho. O fato é que o

trabalho está a serviço do livre comércio, favorecendo o latifundiário, que explora a terra e a força de trabalho dos indígenas.

Para Gomez (2005, p.91), “Na opinião de Quijano, a espoliação colonial é legitimada por um imaginário que estabelece diferenças incomensuráveis entre o colonizador e o colonizado”. O pensamento colonial é representado, na prática, por conquistar povos e territórios. Os povos e territórios resistem às ideias dos colonizadores, protegendo o meio ambiente e produzindo de forma sustentável.

A proteção do meio ambiente está relacionada com diálogos, trocas de saberes, permuta de sementes, proteção das nascentes, manutenção do brejo e produção coletiva de alimentos. Conforme afirma Acosta (2005, p.25) “O Bem Viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza”. Essa relação é exercida na prática pelos Gamelas de Laranjeiras e também é uma luta dos indígenas para sobreviver ao pensamento sulista na região.

A narrativa dos Gamelas de Laranjeiras é lutar pela terra em estado de urgência para proteger o território dos impactos sociais e ambientais. Os principais causadores desses impactos são os novos colonizadores ou “empresários” do agro, que estão transformando o Cerrado em deserto verde. Essa luta almeja alcançar o direito do acesso às terras produtivas, a garantia de direitos humanos e à proteção do Cerrado.

O povo Gamela luta também pelo bem viver das espécies, das matas, dos rios, brejos e da proteção dos territórios tradicionais. De acordo com Acosta (2005, p. 25), o ideal e as práticas do Bem-Viver superam o desenvolvimento agrário a serviço do capitalismo, pois

O Bem Viver – isto é fundamental – supera o tradicional conceito de desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos, introduzindo uma visão muito mais diversificada e, certamente, complexa. Por isso mesmo, as discussões sobre o Bem Viver, termo em construção, são extremamente enriquecedoras.

Esse é o ideal de luta dos Gamelas de Laranjeiras, lutas por proteção, por justiça étnica e por preservação ambiental. Essa é uma luta para manter a origem étnica do povo Gamela vivendo no território e também para sobreviver aos avanços dos sulistas no território Laranjeiras.

1.2 A constituição do território Gamela no Sudoeste do Piauí: retomada da terra indígena (TI) de Laranjeiras

O território indígena (TI) dos Gamelas no Sudoeste do Piauí é constituído por cinco municípios: Bom Jesus, Baixa Grande do Ribeiro, Currais, Santa Filomena e Uruçuí. A retomada da terra é um processo que está em curso na região Sudoeste. Essa região tem como principal desafio retomar a terra para proteção de povos e comunidades do Cerrado e preservação dos recursos ambientais.

O território de Laranjeiras, universo de estudo dessa pesquisa, é vivido pelo povo Gamela. O desafio principal é retomar a terra invadida pelo agronegócio incentivada financeiramente e juridicamente pelo estado. O objetivo da retomada no Sudoeste do Piauí é a luta por terra, água, produção de alimentos e preservação do meio ambiente.

O estudo da constituição do território indígena do povo Gamela no Sudoeste do Piauí é realizado com base em dados da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME). O relatório da APOINME (2021, p. 1) afirma:

A Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME, realizou visitas às Comunidades Indígenas do estado do Piauí, onde foi feito o cadastro de todas as famílias indígenas. Após visitas e cadastros, foi realizado o levantamento das quantidades de famílias e habitantes, em cada Comunidade e Município. Onde o estado do Piauí conta com 27 comunidades Indígenas, onde estão distribuídas em 10 cidades do estado, localizadas nas quatro regiões do estado: norte, centro-norte, sudoeste e sudeste, são 8 etnias / povos, totalizando 1.398 famílias, 4.200 pessoas/habitantes indígenas, sendo 2.158 mulheres e 2.042 homens. Segue as tabelas com o quantitativo de cada comunidade e município.

O campo e o foco dessa pesquisa se concentram no território de Laranjeiras, localizado no município de Currais, Sudoeste do Piauí. O povo Gamela está presente no território de Laranjeiras e nos municípios de: Bom Jesus, Baixa Grande do Ribeiro, Currais, Santa Filomena e Uruçuí. O território indígena de Laranjeiras está localizado no município de Currais, Piauí.

No território Correntinho, município de Bom Jesus, a APOINME (2021) aponta que existem 78 famílias, 254 pessoas, sendo 127 homens e 127 mulheres no território. Esse é um município estratégico conhecido como capital do agronegócio.

Quadro 1: Relatório quantitativo das famílias indígenas do município de Bom Jesus, Sudoeste do (PI)

MUNICÍPIO 4: <i>Bom Jesus</i>			
COMUNIDADE INDÍGENA 5: <u>Rio Preto</u>			
ETNIA/POVOS: <i>Acroá Gamelas</i>			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
28	94	48	46
COMUNIDADE INDÍGENA 6: <u>Correntinho</u>			
ETNIA/POVOS: <i>Acroá Gamelas</i>			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
50	160	79	81
TOTAL			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
78	254	127	127

Fonte: APOINME (2021, p.2)

Esses territórios são formados por famílias indígenas da etnia Gamela, inseridas na microrregião do Vale do Rio Gurguéia, do rio Uruçuí Preto e do rio Parnaíba, juntas estão inseridas o Sudoeste. Essa é uma região que sofre graves impactos do desmatamento, da expansão da soja e da disputa por terra para sobrevivências dos Indígenas Gamelas nessa região.

O próximo município é Currais, foco dessa pesquisa, a região é conhecida como última fronteira agrícola no estado do Piauí. Nela, o povo Gamela, está situado no território Pirajá e Laranjeiras. A APOINME (2021) aponta 210 famílias, 601 pessoas, sendo 293 homens e 308 mulheres nessa região. É importante destacar que, por esse território, passa uma rodovia importante, responsável pelo escoamento especialmente de soja e milho.

Quadro 2: Relatório quantitativo das famílias indígenas do município de Currais, Sudoeste do (PI)

MUNICÍPIO 3: <i>Currais</i>			
COMUNIDADE INDÍGENA 3: <u>Pirajá</u>			
ETNIA/POVOS: <i>Acroá Gamela</i>			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
139	365	184	181
COMUNIDADE INDÍGENA 4: <u>Laranjeiras</u>			
ETNIA/POVOS: <i>Acroá Gamelas</i>			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
71	236	109	127
TOTAL			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
210	601	293	308

Fonte: APOINME (2021, p. 2).

O território também possui nascentes importante na produção de água e, na formação de afluentes para o rio Gurgueia. O povo Gamela desse território sofre com impactos socioambientais (desmatamento, contaminação e assoreamento), o principal levante de enfrentamento, no sentido da proteção, é realizado por Gamelas de Laranjeiras. Portanto, é a luta da demarcação da terra que fundamenta a principal defesa do povo Gamela.

O município de Baixa Grande do Ribeiro abrange territórios dos Gamelas da Prata, Morro D'Água (Acroá Gamelas), Riacho dos Paulos (Cablocos Gamelas) e Almescas (Cablocos Gamelas). A APOINME (2021) aponta um total de 122 famílias, ou 355 pessoas, sendo 170 homens e 185 mulheres no município de Baixa Grande do Ribeiro.

Quadro 3: Relatório quantitativo das famílias indígenas do município de Baixa Grande do Ribeiro, Sudoeste do (PI)

MUNICÍPIO 5: <i>Baixa Grande do Ribeiro</i>			
COMUNIDADE INDÍGENA 7: <u>Gamela da Prata</u>			
ETNIA/POVOS: <i>Gamelas da Prata</i>			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
33	67	23	44
COMUNIDADE INDÍGENA 8: <u>Morro D'água</u>			
ETNIA/POVOS: <i>Acroá Gamelas</i>			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
16	56	31	25
COMUNIDADE INDÍGENA 9: <u>Riacho Dos Paulos</u>			
ETNIA/POVOS: <i>Caboclos gamelas</i>			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
57	190	101	89
COMUNIDADE INDÍGENA 10: <u>Almescas</u>			
ETNIA/POVOS: <i>Cablocos Gamelas</i>			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
16	42	15	27
TOTAL			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
122	355	170	185

Fonte: APOINME (2021, p. 3).

O território indígena de Baixa Grande do Ribeiro se confirma uma vasta região dominado pelo agronegócio. Os povos Gamelas sofrem com a invasão do agronegócio, as perseguições, conflitos e mortes, na disputa por terra. Nessa região, os Gamelas resistem para existir, a retomada da terra tem sido um dos principais desafios do povo.

O município de Santa Filomena é banhado pelo rio Parnaíba. No período colonial o rio Parnaíba foi importante para a invasão das terras e mais tarde no comércio. Kolling e coautores (2019, p. 212) afirmam que o “papel desempenhado pelos rios como caminhos para penetração portuguesa no continente[...]” contribuiu fortemente para as perseguições na tentativa de apagamento dos indígenas. Atualmente, nessa região, a APOINME (2021) constatou a presença de dezessete (17) famílias indígenas, ou 39 pessoas, sendo 21 homens e 18 mulheres.

Quadro 4: relatório quantitativo das famílias indígenas do município de Santa Filomena, Sudoeste do (PI)

MUNICÍPIO 8: <i>Santa Filomena</i>			
COMUNIDADE INDÍGENA 13: <u>Vão do Vico</u>			
ETNIA/POVOS: <i>Acroá Gamelas</i>			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
17	39	21	18

Fonte: APOINME (2021, p. 4).

Vão do Vico é um território indígena formado pelo povo Gamela, essa região também tem a presença do agronegócio, lógica perversa, responsável por ameaças e perseguições ao povo Gamela no município de Santa Filomena. O rio Parnaíba é um rio que recebe os rejeitos da produção de commodities. A luta do povo Gamela, é por acesso à terra no processo de retomada.

O território do Sudoeste do Piauí, especialmente o município de Uruçuí é formado por povos indígenas de diferentes etnias. Neste município, estão as comunidades de Guêguê do sangue, do povo (Guêguê do sangue), Baixa Funda (Cablocos Gamelas), Assentamento Santa Teresa (Cablocos Gamelas), Assentamento das Flores (Cablocos Gamelas), Uruçuí Sede (Cablocos Gamelas) e Bananeiras (área de conflito, Cablocos Gamelas). Nessa região, a APOINME (2021) encontrou 280 famílias e 706 pessoas, sendo 305 homens e 401 mulheres.

Quadro 5: relatório quantitativo das famílias indígenas do município de Uruçuí, Sudoeste do (PI)

MUNICÍPIO 9: <i>Uruçuí</i>			
COMUNIDADE INDÍGENA 14: <u>Guêguê do Sangue</u>			
ETNIA/POVOS: <i>Guêguê do sangue</i>			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
102	330	141	189
COMUNIDADE INDÍGENA 15: <u>Baixa Funda</u>			
ETNIA/POVOS: <i>Caboclos Gamelas</i>			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
90	189	82	107
COMUNIDADE INDÍGENA 16: <u>Assentamento Santa Teresa</u>			
ETNIA/POVOS: <i>Caboclos Gamelas</i>			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
16	42	15	27
COMUNIDADE INDÍGENA 17: <u>Assentamento das Flores</u>			
ETNIA/POVOS: <i>Caboclos Gamelas</i>			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
10	43	21	22
COMUNIDADE INDÍGENA 18: <u>Uruçuí- (sede)</u>			
ETNIA/POVOS: <i>Caboclos Gamelas</i>			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
52	75	35	40
COMUNIDADE INDÍGENA 19: <u>Bananeira (área de conflito)</u>			
ETNIA/POVOS: <i>Caboclos Gamelas</i>			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES

10	27	11	16
TOTAL			
FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
280	706	305	401

Fonte: APOINME (2021, p. 4).

A região de Uruçuí se constitui no Sudoeste do Piauí, território de tensão entre agronegócio/povos indígenas, devastação/proteção. Esse município é formado pelo maior número de famílias Gamelas. Um dado importante da APOINME (2021) que caracteriza a região como indígena, contribuindo com o fortalecimento da luta indígena para proteção do território.

Segundo Kolling e coautores (2019, p. 213), “Falar em território significa dizer que ele é o espaço da sobrevivência e da reprodução de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo, onde descansam os antepassados”. Por isso, a disputa pelo território está intimamente relacionada à história e à ancestralidade indígenas, especialmente, os Gamelas do Sudoeste do Piauí.

A constituição dessa história também é formada por cultura, saberes indígenas, agricultura indígena, celebrações religiosas (reisados, novenas, rezadeiras, benzedeiras e parideiras). Segundo anotações no caderno de campo (2022), a cultura, saberes, a relação com a terra e religião são fundamentais para a ‘constituição’ do povo Gamela e vivência no território. A terra é, portanto, um espaço de (sobre)vivência e esperança, um lugar originário, sendo essencial para os indígenas no Sudoeste do Piauí.

Kolling e coautores (2019, p. 213) acrescentam que, “Para que um povo possa sobreviver e se reproduzir, necessita de muito mais terras do que as que utiliza simplesmente para plantar”. É preciso cuidar da terra, da floresta, preservar a cultura, a identidade e manter uma relação harmônica com natureza. Também entender a diversidade.

Essa região é conhecida como berço das águas, os conhecimentos indígenas mantiveram esse potencial hídrico por séculos. Os conhecimentos e saberes são ensinados para as próximas gerações garantindo a continuidade da proteção dos recursos naturais. De acordo com, Kolling e coautores (2019, p. 213):

Cada aldeia e cada acampamento indígena estão historicamente vinculados a seus habitantes, de modo que o passar do tempo não apaga o conhecimento dos movimentos do grupo, desde que se mantenha viva a memória dos ancestrais

A aldeia Laranjeiras é um espaço de construção de saberes e de conhecimentos. Nesse território os indígenas construíram moradias, casas de farinha, plantaram alimentos, protegeram a água e cultivaram sem agredir o meio ambiente. Os principais responsáveis por esses ensinamentos são os ancestrais protetores do meio ambiente.

É importante compreender que a história do Povo Gamela também está ligada a outras vivências, que seriam a compreensão da realidade e do mundo. De acordo com Kolling e coautores (2019, p 215),

Como espaço vivido, o território se constrói, ao mesmo tempo, como um sistema e um símbolo. Um sistema porque se organiza e se hierarquiza para responder às necessidades e funções assumidas pelo grupo que o constitui. Um símbolo porque se forma em torno de polos geográficos representantes dos valores políticos e religiosos que comendam sua visão de mundo. Ou seja, a paisagem é o reflexo visual, porém, tem uma parte ligada ao mundo subjacente da afetividade, das atitudes mentais e das representações culturais. A paisagem-convivência é, muitas vezes, o lugar de um encontro e de uma emoção quase sensual entre os homens e a terra.

A relação do povo Gamela com o meio ambiente se estabeleceu de forma harmônica com a terra e a água. O meio ambiente é fonte de alimento e sobrevivência para os Gamelas do Sudoeste do Piauí e do território Laranjeiras. Isso, fez com que, a relação com as roças, com animais e com as águas se constituíram histórias de proteção dos recursos naturais.

No entanto, a história da constituição do território indígena no Sudoeste Piauí também é formada por uma agricultura moderna e tecnológica. A principal razão para retomada da terra é o direito ao acesso à terra, mas também é por proteção do Cerrado contra a invasão da agricultura moderna. Por isso, retomar a terra significa proteger o território e os recursos ambientais.

A tecnologia é a principal ferramenta da modernização do campo. No Piauí a tecnologia agrícola substituiu o Cerrado por um ideal de agricultura moderna para produção de commodities. Essa modernização transformou o meio ambiente em terra a serviço da produção e comercialização para acúmulo de capital.

O resultado desse novo modelo de produção resultou em perseguições, ameaças, invasão de terras indígenas e mortes. O Piauí se transformou da colonização da pecuária

para a agricultura empresarial da soja. Esse período é constituído por violências e dominação e se estende até os dias atuais.

De acordo com Nascimento (2022, p. 58), “É fato que a relação dos colonizadores com os povos indígenas não foi de amizade, mas de violência e dominação. A relação colonizador/indígena se consolidou uma relação dominador/dominado”. Por isso, a retomada da terra e a garantia dos direitos territoriais têm como ação principal o autorreconhecimento como indígena. Esse é fundante da r-existência, especialmente na resistência às tentativas de apagamento da história e de silenciamento dos indígenas no Piauí. As ações de perseguição, mortes e, roubo das terras, por pouco não disseminaram os indígenas do Piauí. Em consequência disso, os Gamelas do Piauí foram submetidos a conviver com ideia de extermínio do seu povo.

Nascimento (2022, p. 54) explica que, na história, “[...] os primeiros governos do Piauí, forjaram o extermínio dos nativos: primeiro os perseguiram, tomaram suas terras, torturam e mataram, e por fim decretaram seu extermínio sob o signo da escrita ocidental”.

Os Gamelas de Laranjeiras retomam suas terras depois de viverem em silêncio para resistir aos colonizadores. Para sobreviver os Gamelas permaneceram vivos enquanto sujeitos culturais, costumes e meios de produção e uma relação harmônica com o meio ambiente. A terra é um espaço de troca e de construção, a vida indígena continuou a viver mesmo silêncio para existir e lutar pela terra.

Enquanto povo se uniram fortalecendo a luta pela retomada da terra contra os sulistas que insistem em ameaçar e invadir terras indígenas no Piauí. Por isso, segundo o Boletim Informativo (2021, p. 1):

A cartografia social de natureza etnográfica realizada na região do Cerrado evidenciou a emergência étnica dos Gamela na comunidade Barra do Correntinho, em Bom Jesus; Morro D'Água, em Baixa Grande do Ribeiro; Pirajá, Laranjeira e Prata, em Currais e Vão do Vico, em Santa Filomena. (Boletim Informativo, 2021, p. 1)

A emergência dos indígenas Gamelas nasce do enfrentamento às tentativas de apagamento e silenciamento ao longo da história indígena. A r-existência, por exemplo, diz muito sobre as vozes dos Gamelas, que assim o dizem, “nascemos e se criamos aqui” e se questionam com a seguinte inquietação “quem deu essa terra para o agronegócio se ela sempre foi nossa e sempre estivemos aqui”?

Essa resposta também é uma afirmação dos indígenas Gamela que resistiram para existir e que serve de reflexão para aqueles que se dizem “donos” das terras indígenas. O agronegócio é a herança da colonização, que também é responsável por ações violentas e que, no atual momento da história, segue as mesmas ações da colonização, ou seja, tentativas de intimidação, perseguição, invasão e mortes.

A agricultura empresarial é construída por sulistas em parceria com o estado. Esses povos pertencem as regiões Sudeste e Sul do Brasil e estão no Piauí desde 1980. Conforme explica Moraes (2000, p. 297) “parcela significativa dos gaúchos que chegam ao Nordeste, pertencem a uma geração ou nascidos no atual estado do Mato Grosso do Sul, ou que migrou para lá ainda na infância, de onde partem, uma vez mais, em busca de terras mais baratas e de maiores áreas”.

Esse foi o principal atrativo nas terras do Sudoeste Piauiense, terras baratas e com áreas abundantes. No entanto, nessas terras viviam os povos tradicionais, especialmente, os indígenas Gamela, que foram expulsos das terras, devido a expansão da monocultura da soja. Nesse sentido Moraes (2000, p. 298) também explica, “Em Uruçuí, por exemplo, novos bairros surgidos a partir do início dos anos 90 tem a maioria de sua população formada por famílias desalojadas das áreas rurais, que se encontra sem-terra e sem trabalho”.

Essa situação se agrava na construção do pensamento moderno, da visão de progresso e de superioridade ao outro. A lógica progressista/desenvolvimentista, manipula a sociedade induzindo-a a dependência do agronegócio, como única saída para produção de riqueza. Por isso, o resultado da modernidade caminha com o apagamento da história do outro sujeito, o inferior, para construir um outro ideal, moldado pelo pensamento colonialista.

A ideia do novo, do progresso e da riqueza, cria um imaginário na mente do outro, um encanto, que parece ir direto ao bem viver. Essas fantasias ganham os que desconhecem as espertezas dos dominadores e alimenta os que conhecem as espertezas. Esse é um modelo de domínio hegemônico responsável por ludibriar os sujeitos tradicionais com ideias fantasiosas e mirabolantes.

Como afirma Moraes (2000, p. 67), “[...] a relação entre a imagem do espaço vazio e a fronteira agrícola, na memória dominante, remete aos agenciamentos do estado sobre o próprio espaço”. O espaço nunca esteve vazio, a terra é parte dos povos indígenas e os

povos indígenas são parte da terra. O vazio é uma floresta/área que não apresenta cultivo, mas, que existe uma imensa biodiversidade viva.

No território de Laranjeiras, universo de pesquisa, o vazio no Cerrado foi literalmente construído pela agricultura empresarial. Isso se resume no quase desaparecimento das espécies e na total desertificação da vegetação do Cerrado. Portanto, o vazio nunca foi vazio, nesses espaços se construiu uma civilização, sendo possível uma relação harmônica humano/natureza.

Moraes (2000, p. 67) acrescenta “[...] o espaço vazio é um território no qual atuam o capital e a tecnologia, com a apoio do estado, que aparece como promotor da modernização”. Isso diz muito sobre o agronegócio, inclusive os modos operandi da agricultura empresarial que, por outro lado, também revela as falácias do estado. Ou seja, a ideia do capital e da tecnologia, promovem os desejos do homem sobre a natureza.

O povo Gamela de Laranjeiras vive nas margens do desenvolvimento e imersos nos impactos socioambientais do desenvolvimento agroindustrial. A terra, que antes era uma biodiversidade vasta, hoje dá lugar a produção de commodities, toneladas de grãos exportados para o exterior. A nova área em disputa são os baixões produtivos, esse é o espaço preenchido, por indígenas, floresta, fauna e recursos hídricos, porém, está ameaçado pela ideia do vazio, do capital e da tecnologia.

Um dos principais desafios enfrentados por indígenas Gamelas no território Laranjeiras é a demarcação da terra. A demarcação é a totalidade da luta pelo território, somados com a luta por saúde e educação indígena e também a proteção ambiental. Para superar esses desafios, o povo Gamela de Laranjeiras documenta sua história dentro das ações legais, contando sua própria história e apresentando-a ao Ministério Público Federal.

A documentação afirmativa, da presença indígena Gamela no território Laranjeiras, Sudoeste do Piauí, revela as dificuldades do estado em reconhecer o Piauí como terra indígena. Ou seja, o povo indígena que sempre viveu nessas terras, ainda, precisa confirmar com base documentada sua vivência e permanência no território. A retomada da terra indígena (TI) de Laranjeiras passa pela luta jurídica (disputa e processos judiciais), mas também pela afirmação verbal, se nominar e autodenominar, por dizer (fala) “eu sou indígena”, mantendo a memória e contando a história do povo e do território.

Para confirmar a presença indígena no território, o documento (Figura 1) é uma certidão de casamento. Essa certidão é reveladora, pois contém ano de nascimento e pertencimento originário, materializando a presença histórica no território.

Figura 1: Certidão de casamento do povo Gamela de Laranjeiras e Pirajá

Cartório do 2º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de Bom Jesus - PI, Rua Tabelião Raimundo José Rocha, 576-A, Centro, Bom Jesus - PI (89) 3562-1276

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOMES:
JOSÉ ALVES BRAUNA
MARIA FERREIRA DE SOUSA
MATRICULA:
0779250155 1962 2 00021 051 0000071 37

NOMES DOS CÔNJUGES
JOSÉ ALVES BRAUNA, nascido aos 05/10/1928, em Laranjeiras, deste município, brasileiro, lavrador, filho de JOAO ALVES BRAUNA e MARIA DO NASCIMENTO DE JESUS.
MARIA FERREIRA DE SOUSA, nascida aos 22/05/1929 em Pirajá, deste município, brasileira, doméstica, filha de AREOLINO FERREIRA DE SOUSA e APOLÔNIA ALVES DE SOUSA.

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO: treze de outubro de mil novecentos e sessenta e dois. DIA MÊS ANO: 13/10/1962

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: **Comunhao Universal de Bens**

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO): **MARIA FERREIRA DE SOUSA BRAUNA**

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES: **Consta à margem do presente Assento, a Averbação do Óbito do nubente ocorrido em 15/03/02.**

Cartório do 2º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de Bom Jesus - PI, Rua Tabelião Raimundo José Rocha, 576-A, Centro, Bom Jesus - PI (89) 3562-1276

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé. Bom Jesus - PI, 29 de maio de 2013.

Assinatura do Oficial
Assinatura do Oficial

Fonte: Cartório do 2º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de Bom Jesus/PI (2013)

A Figura 1 é uma certificação relevante e sagrada para o povo Gamela, pois revela a origem e a permanência no Território Indígena de Laranjeiras. Por se tratar de uma retomada, o preconceito, ainda, é muito grande com os descendentes dos já falecidos registrados na certidão de casamento. Por isso, Porto Alegre (1992-1993, p. 222) nos lembra que: “O elemento inicial dessa discussão é a hipótese de que o “caboclo”, identificado como o mestiço de origem indígena, é antes de tudo uma construção ideológica imposta no século XIX pelo branco[.]”

A história contada “do caboclo pegado no mato” é parte da memória e da história do povo Gamela, pois, é o mesmo povo que quase desapareceu. Mas, a verdade é, se silenciaram e se calaram para existir. Hoje as vozes ecoam no território Laranjeiras, dizendo “somos indígenas sim, minha foi eu também sou” retomando aquilo que sempre foi de direito, a terra como um todo.

Para compreender a dimensão desse problema, Porto Alegre (1992-1993, p. 214) esclarece:

O tema do desaparecimento dos povos indígenas cobre o campo de uma dinâmica onde a cultura e a história se entrecruzam e se confundem, uma vez que se trata da problemática de uma identidade que só pode ser conhecida e reconhecida na medida em que a discussão é remetida para o passado, numa revisão da história do contato interétnico.

A história indígena no Piauí parece ter existido somente no passado. Entretanto, é do passado para o presente que a vida segue, ou seja, os ancestrais guiaram seus filhos para continuar vivendo no território como indígenas. De fato, o estereótipo ainda pune os povos indígenas da contemporaneidade, a imagem estilística construída nos livros de história é, ainda, reproduzida pela sociedade.

Para Alegre (1992-1993, p. 214), “No caso do índio. Ele aparece e ganha visibilidade na medida em que se apresenta como uma realidade problemática a ser enfrentada pelos interesses contrariados do projeto colonizador”. No caso do povo Gamela, o enfrentamento é com os descendentes dos colonizadores, localizados no Cerrado. Esse embate se acirra na largada pela retomada da terra, no território indígena (TI) Laranjeiras.

Ainda na questão do desaparecimento ou no caso do povo Gamela, se silenciar para existir e depois retomar, é importante destacar a importância do autorreconhecimento, de assumir a identidade e a etnicidade indígena. Por isso, Porto Alegre (1992-1993, p. 214) nos orienta que:

O tema do desaparecimento dos povos indígenas cobre o campo de uma dinâmica onde a cultura e a história se entrecruzam e se confundem, uma vez que se trata da problemática de uma identidade que só pode ser conhecida e reconhecida na medida em que a discussão é remetida para o passado, numa revisão da história do contato interétnico.

Esse campo de discussão revela os desafios do povo Gamela no Sudoeste do Piauí e, no território Laranjeiras. Portanto, a constituição do território Laranjeiras, também está na identidade indígena, na memória construída pelos ancestrais, nas áreas de cultivo e nos espaços de moradia. Cultura, memória e história caminham juntas, sendo esses aspectos, a base que sustenta e torna legítimo a autodeclaração como indígena Gamela.

Alegre (1992-1993, p. 214) contribui com a seguinte afirmativa:

Ao cair o silêncio sobre aqueles que, dispersos na população regional com ela se confundem. Apenas os povos indígenas isolados e os poucos grupos ainda hostis ao contato continuam a merecer atenção e interesse.

Ou seja, continuam a “aparecer”. Os demais passam a fazer parte daquilo que poderíamos chamar de “categorias ausentes”, submersas no interior da sociedade.

A sociedade tem uma grande dificuldade de reconhecer a presença em comunidade que faz parte da própria realidade. Esse fato se agrava, uma vez que, é detectada a presença indígena nos centros urbanos com acesso à tecnologia. Ou seja, esses espaços nunca foram reservados para povos indígenas que são marginalizados pela própria sociedade.

Contudo, é importante destacar que é papel do estado do Piauí em reconhecer seu território como terra indígena. A política indigenista no estado do Piauí ainda é muito precária, sem sede da Funai, dificulta os processos de demarcação de terras indígenas. Esse distanciamento abre espaço para problemas sociais, ambientais e insegurança diante das ameaças e violações de direitos humanos causados pela expansão do agronegócio na região.

Diante de tudo isso, os principais pontos da história dos Gamelas no Piauí foram perseguição, ameaças, violências e mortes. Os Gamelas foram perseguidos no interior do estado do Piauí por colonizadores e missionários. O principal motivo dessas perseguições era a terra como produto de riqueza da colônia.

As terras invadidas e conquistadas eram destinadas para criação animal, principal atividade comercial dos colonizadores no estado do Piauí. A principal atividade agrícola era o comércio da exportação de carne e couro destinados à Europa. Para garantir produção e lucratividade os colonos utilizavam da mão de obra escrava de indígenas capturados.

Tudo isso é resultado de uma política colonial para conquistar povos e territórios. Essas ações provocaram a expulsão e conseqüentemente a migração para outras áreas no interior do estado. Essa foi uma alternativa para se proteger e sobreviver diante das invasões e perseguições.

O território de Laranjeiras é uma dessas áreas de vivências e sobrevivência do povo Gamela. Essa é também uma terra ancestral e originária como lugar de produção Gamela e de proteção ambiental. Ao longo dessa jornada os Gamelas construíram suas famílias no território como espaço de vida e proteção étnica.

As famílias do povo Gamela produziram na terra de forma coletiva para se manterem unidos e vivos. Também protegeram os recursos hídricos para utilizar a água e fizeram extrativismo como fonte de alimento, além de proteger a terra como espaço de criação animal. No entanto, com as primeiras sinalizações do agronegócio esse território passou a ser ameaçado.

CAPÍTULO 2

Expansão do agronegócio, disputa por terra e o papel do estado no reconhecimento do território indígena (TI) de Laranjeiras

Nos anos mais recentes, a partir dos anos 2000, a expansão da fronteira agrícola no Cerrado foi incentivada com a criação do chamado território ou região do MATOPIBA. Dando sequência aos processos históricos de apropriação das terras no Cerrado, em 2015, um decreto constituiu ou formalizou a fronteira do MATOPIBA⁶, ampliando a exploração do Piauí pelo agronegócio, o que gerou mais conflitos pela terra no Estado.

O MATOPIBA, uma região que apresenta uma grande expansão agrícola, é território de produção de commodities, principalmente a produção de soja. O agronegócio, especialmente o monocultivo de soja, é financiado pelo estado (linhas de crédito, pesquisas, entre outros incentivos). Portanto, é o estado que, ampliando os incentivos, acaba sendo o responsável pelos conflitos por terra na região.

O território de Laranjeiras fica localizado no MATOPIBA, sendo um dos conflitos por terra em decorrência da expansão da fronteira agrícola. O conflito de 2017 é exemplar, pois explicita a disputa por terras, inclusive dos Baixões produtivos no território. Portanto, confirma que a disputa por terra é para expansão agrícola do cultivo de soja, principal atividade do agronegócio.

Esses conflitos têm avançado para outros territórios que também estão localizados no MATOPIBA, no Sudoeste do Piauí. A campanha do Tribunal Permanente dos Povos (TPP, 2021, p. 4) denuncia “[...] graves danos e a vasta destruição que resultaram da intensa expansão da fronteira agrícola sobre essa imensa região ecológica (cerca de 1/3 do território nacional) ao longo do último meio século”. As denúncias são grilagem de terras, violação de direitos, perseguição, ameaças e desmatamento.

O Tribunal Permanente dos Povos (TPP, 2021, p. 10) alerta, em caráter denúncia, que

As famílias ribeirinhas/brejeiras e indígenas denunciam violações de direitos e violências geradas pela expropriação de terras tradicionais e

⁶ O MATOPIBA, acrônimo dos quatro estados – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – um território geográfico formado 337 municípios, localizados em 31 microrregiões geográficas do IBGE. A área total desses municípios soma mais de 73 milhões de hectares, municípios, mas são muito heterogêneos, inclusive com níveis de desigualdades severas.

apropriação dos bens comuns por grileiros, fazendas e empresas nacionais e internacionais do agronegócio, integradas ao MATOPIBA.

Esse é um problema grave que resultado das políticas de incentivo do estado para avanços da expansão da fronteira agrícola no MATOPIBA, especialmente no Sudoeste do Piauí. Em Laranjeiras, o avanço da fronteira agrícola, ameaça a vida, a existência no território e os Baixões produtivos do povo Gamela. Para permanecer na terra e lutar por seus direitos o povo Gamela reivindica a demarcação da terra como garantia de sobrevivência.

Esse capítulo discute o papel do estado, a expansão da fronteira agrícola e os impactos dessa expansão no território de Laranjeiras. Portanto, discutir os impasses e desafios do estado na condição de financiador da expansão agrícola e os problemas sociais e ambientais decorrentes do desmatamento e das tentativas de invasão do fazendeiro no território Laranjeiras.

2.1 O papel do Estado no reconhecimento do território indígena (TI) de Laranjeiras: ações e omissões do Interpi e da Funai

No estado do Piauí, a regularização de terras e o reconhecimento das terras indígenas são um grande desafio. Consequentemente, a luta por terra no território de Laranjeiras tem sido tensa com assédio e intimidações do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI). Esses desafios se resumem na garantia de acesso à terra e proteção ambiental de povos e comunidades tradicionais no estado do Piauí. A postura do estado, por outro lado, revela sua aproximação com o agronegócio na região. O resultado é incentivos financeiros (federais e estaduais) para custear a expansão da fronteira agrícola. Por este motivo, o estado do Piauí tem apresentado sinais da expansão agrícola, especialmente região sudoeste do estado.

O estado é responsável por financiar os grandes produtores, oferecendo diversos incentivos que resultam na expansão da fronteira agrícola, ou seja, mudanças no uso do solo, partindo do desmatamento. Uma evidência é a constatação de Rufos (2015, p. 91) de que “[...] os investimentos em reais por hectares, no período de 2006 a 2009, na cidade de Uruçuí, no Piauí, é a que mais obteve crescimento dos investimentos por hectare – cerca de 211%[...]”.

Segundo pesquisas do Observatório MATOPIBA (2021), “A gestão fundiária no Piauí está regulamentada, atualmente, pela Lei Estadual nº 7.292, de 2019, que dispõe sobre a Política de Regularização Fundiária no Estado do Piauí”. Portanto, de acordo com a sua legislação, é dever do estado reconhecer o território de Laranjeiras como terra indígena dos Gamelas.

O estado do Piauí, especialmente pela atuação do Instituto de Terras INTERPI, tem acelerado os processos de regularização fundiária no intuito de atingir metas governamentais. No entanto, uma grande dificuldade do estado é reconhecer a existência indígena e o estado como território indígena. A suspeita dos Gamelas é a ação do INTERPI em apresentar propostas favoráveis ao agronegócio, especialmente por meio de processos (ou aceleração de processos) de titulação e de reconhecimento de terras privadas.

O INTERPI – órgão responsável para tratar das questões fundiárias do estado – desconhece (ou finge desconhecer) o território Laranjeiras. Os principais impactos das ações ou inações (falta de ação) do INTERPI no território têm sido assédio, intimidação, violação de direitos e mapeamento ilegal das terras. Segundo estudos e observações do Núcleo de Estudo, Pesquisa, Educação e Extensão: Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade, NEPEECDES, da Universidade Federal do Piauí, durante consulta na região, nessa “[...] consulta previa, apresentaram mapeamento com linhas geográficas invadindo o brejo Laranjeiras e induzindo a população na assinatura de documentos comprometedores” (NEPEECDES, 2021, p. 4).

O objetivo dessa consulta, realizada em 2021, era a titulação das terras na intenção de beneficiar o fazendeiro do agronegócio. O relatório técnico do NEPEECDES (2021, p. 4) afirma que “Os consultores, que na referida consulta representam o INTERPI, **apresentaram conduta incompatível com “de boa-fé”** – uma vez que não apresentam oficialmente o processo legal de tramitação no INTERPI” (ênfase adicionada ao documento).

A consulta prévia foi conduzida de forma truculenta, fora dos termos legais do estado do Piauí. Essa conduta violenta foge do cumprimento da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho OIT uma vez que, deveria ser conduzida em caráter de consulta previa e de boa-fé. Por isso, o relatório do NEPEECDE (2021, p. 9) alerta que

Segundo a OIT em sua Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais a consulta prévia deve obedecer ao Art. 2° - “**2.** As consultas realizadas em conformidade com o previsto no presente Convenção deverão **ser conduzidas de boa-fé e de uma maneira adequada às circunstâncias**, no sentido de que um acordo ou consentimento em torno das medidas propostas possa ser alcançado.

A conduta do INTERPI apresenta omissão no cumprimento das obrigações legais, sendo inadequada em relação aos Gamelas de Laranjeiras. Dessa forma, as ações de proteção do estado são remotas ao cumprimento da lei. É importante destacar que essa é uma terra indígena, portanto cabe a Fundação Nacional do Índio –FUNAI fazer a demarcação do território de Laranjeiras.

A Lei estadual n° 3.783, de 1980, garante regularização e gestão das terras do estado do Piauí. Essa lei é fundamental para legalizar as terras e garantir segurança ao povo Gamela de Laranjeiras. Conforme Observatório MATOPIBA (2021) “O Instituto de Reforma e Regularização Fundiária - INTERPI é o órgão competente para a gestão e administração da política fundiária do Piauí, nos termos da Lei Estadual no 3.783, de 16 de dezembro de 1980”. Na contramão da lei, o INTERPI insistiu em intimidar os Gamelas com titulação de terras sem prestar esclarecimentos plausíveis nos termos da lei.

O relatório do Núcleo de Pesquisa NEPEECDES (2021, p. 9) afirma que

Uma vez que, não apresentam oficialmente o processo legal de tramitação no INTERPI sobre os procedimentos de regularização fundiária do assentamento, se havia processo judicial, qual áreas de terras pertenciam ao Estado do Piauí, se havia áreas devolutas ou outras informações relevantes para esclarecimento da população da comunidade, uma vez que deveriam decidir sobre as titularização, ou seja, sobre suas terras.

A ação da consulta prévia realizada pelo INTERPI, atropela os termos da lei, agindo de forma intimidadora, assediando e induzindo a população a assinar documentos que colocam em risco a permanência do povo no território.

Portanto compete ao estado, assumir uma postura conforme determina a lei, garantindo respeito ao povo indígena e promovendo ações que fomentem a proteção e a regularização. Também é importante destacar, o amparo da lei federal, seguindo a Constituição Federal de 1988. Aqui, a lei garante o respeito aos diversos grupos tradicionais que compõem a sociedade brasileira.

A Constituição Federal de 1988 é marcada pelo reconhecimento da pluralidade dos povos do Brasil (art. 3°, IV c/c art. 4°, III, CF/88) gerando para o Estado a obrigação de garantir as formas de expressão,

os modos de criar, fazer e viver desses povos em respeito às múltiplas identidades que compõem a sociedade brasileira (NETO et al, 2021, p. 7).

A lei é clara e objetiva, atuando na defesa dos povos, na proteção da natureza e na garantia do direito à vida e das formas de expressão, especialmente, na autoidentificação como indígenas Gamelas. É importante observar que na consulta prévia não houve o cumprimento dessas medidas por parte do Interpi. Isso prova, que no estado do Piauí os povos e comunidades tradicionais estão à margem da garantia dos direitos étnicos e raciais.

Por isso, o Núcleo de Pesquisa NEPEECDES (2021) aponta que o relatório da consulta prévia passou a descrever quais pontos foram desrespeitados de acordo com a Convenção 169, a saber, pois na aplicação das disposições da presente Convenção, os governos deverão

- a) Consultar os povos interessados, **por meio de procedimentos adequados** e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
- b) **Criar meios pelos quais esses povos possam participar livremente**, ou pelo menos na mesma medida assegurada aos demais cidadãos, em todos os níveis decisórios de instituições eletivas ou órgãos administrativos responsáveis por políticas e programas que lhes afetem;
- c) **Estabelecer meios adequados para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas próprias desses povos e, quando necessário, disponibilizar os recursos necessários para esse fim.**

Fica evidente que a consulta, realizada pelo INTERPI, descumpriu normas e leis, principalmente os termos estabelecidos pela Convenção 169, da OIT.

A Figura 2 registra um dos momentos dessa consulta na comunidade Laranjeiras, conduzida de forma desrespeitosa, além do assédio e da intimidação.

Os representantes do INTERPI conduziram a consulta prévia no espaço da escola municipal de Laranjeiras. O fator determinante para identificar o desrespeito com o povo indígena Gamela e com os camponeses presentes foi o descumprimento das medidas sanitárias postas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Figura 2: Comunidade Laranjeiras – Consulta Pública INTERPI



Fonte: Núcleo de Pesquisa NEPEECDES (2021)

Como a referida consulta foi realizada durante a pandemia, as regras sanitárias não foram cumpridas pelos agentes públicos. De acordo com o Núcleo de Pesquisa NEPEECDES (2021, p. 2), “Segundo a OMS ‘LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 DE SAÚDE SANITÁRIA (Incluído pela Lei nº 14.019, de 2020), que regulamenta a higienização à base de álcool para matar vírus; manter pelo menos 1 metro de distância”. No entanto, os representantes do INTERPI não cumpriram essas medidas sanitárias, colocando em risco a saúde das pessoas que participaram da reunião/consulta.

Outro fato importante foi o mapa, elaborado e apresentado pelo INTERPI na comunidade. Esse mapa, propondo limites das terras na região, ultrapassa os limites do brejo Laranjeiras, invadindo o território da comunidade e excluindo o acesso e o uso da água para subsistência. A Figura 3 confirma o momento de apresentação desse mapa, uma vez que, o morador da comunidade teve que explicar a linha de invasão ultrapassando os limites do brejo (Figura 3).

Figura 3: Comunidade Laranjeiras - Consulta Pública INTERPI



Fonte: núcleo de pesquisa NEPEECDES (2021)

Dessa forma, Neto e coautores (2021, p. 6) afirmam que “A destinação das terras públicas tem como finalidade central atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento econômico sustentável e a função social da propriedade (art. 4º)”. Conseqüentemente, apresentar um mapa ultrapassando os limites das terras em posse tradicional da população, fere os princípios da lei, principalmente quando age de “má – fé”.

Ainda segundo Neto e coautores (2021, p. 6),

No que diz respeito à regularização dos territórios tradicionais a legislação dispõe: “Serão destinadas às comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais as terras públicas e devolutas estaduais por elas ocupadas coletivamente, as quais serão regularizadas de acordo com as normas específicas, aplicando-se lhes, no que couber, os dispositivos desta Lei” (art. 11, parágrafo único).

Portanto, no que diz respeito, a regularização da terra no território indígena de Laranjeiras, o INTERPI não cumpriu com os termos da lei, se omitindo de suas

obrigações, de forma intencional, além do assédio cometido com a população. Essa situação configura um episódio de violação de direitos, uma vez que, o INTERPI descumpra a lei estadual e a Constituição Federal de 1988.

É importante destacar que houve um importante avanço político do estado, pois houve o reconhecimento da presença de povos indígenas no Piauí. A Lei nº 7.389, de 27 de agosto de 2020, publicada por meio do ofício 162, “reconhece formal e expressamente a existência de povos indígenas nos limites territoriais do estado do Piauí”. O fato é que o estado do Piauí, ainda, apresenta grandes dificuldades para tratar das questões indígenas e da regularização de terras.

Por um lado, esse avanço contempla os povos indígenas do estado do Piauí, na luta por terra. A terra tem é parte do povo indígena e o indígena é parte da terra. Por isso, é tão relevante discutir a formalizar legalmente a presença dos povos indígenas e tribais nos limites do território do Piauí.

A terra é um local sagrado para o povo Gamela, é nesse território que nasceram as culturas, econômicas, sociais, somada com a relação harmônica entre indígenas e natureza. De acordo com Sauer (2022, p. 3) “A luta pela terra é, portanto, parte de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, mas em perspectivas diferentes da hegemônica modernidade ocidental”

A luta do povo Gamela na Terra Indígena (TI) de Laranjeiras não se concentra apenas na terra, ou seja, a terra é uma parte da luta. A luta do povo indígena de Laranjeiras se sustenta no direito do reconhecimento do próprio povo, na luta por educação, saúde, garantia da empregabilidade, segurança no território e, principalmente proteção ambiental.

Esses são desafios que fazem parte da realidade do povo Gamela de Laranjeiras. A demarcação do território promove a justiça social e étnica. As lutas coletivas pela terra, no sentido da produção, garantem o sustento econômico das famílias. A proteção ambiental ajuda a mitigar os impactos do desmatamento no Cerrado, proteger as nascentes e, reduzir o assoreamento e a contaminação do solo e dos recursos hídricos.

O território Laranjeiras ainda é considerado como uma comunidade composta por famílias assentadas.⁷ Contraditoriamente, porém, já é reconhecida como terra indígena

⁷ No território indígena de Laranjeiras existe a presença de famílias assentadas que lutam por titulação individual da terra. Esse assentamento teve origem a partir da doação de uma pequena quantidade de terra, cerca de 2, 500 hectares de terras para algo em torno 60 famílias. A doação nasce da disputa pela área total

pelo estado do Piauí. Essa contradição explicita a necessidade do reconhecimento e a demarcação do território Gamela, o que tem sido reivindicado, em caráter de urgência, à Fundação Nacional do Índio (Funai). Esta solicitação está registrada no Ofício nº 03, de 2022, que traz as seguintes reivindicações: “1. A constituição do GRUPO DE TRABALHO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO da Terra Indígena Gamela. É urgente que seja autorizado a REALIZAÇÃO DO LAUDO ANTROPOLÓGICO nos termos do Decreto nº 1.776/1996”.

A pauta da delimitação e da realização do laudo antropológico, tem como intuito promover segurança no uso dos espaços de produção, na garantia do direito aos espaços educativos, culturais e sagrados e, da preservação dos recursos ambientais. Segundo a Associação dos Povos Tradicionais e Indígenas da Comunidade Laranjeiras (APIGL), o segundo item pautado no Ofício nº 3/2022 (FUNAI, 2022, p. 4) “A instalação de uma COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL DA FUNAI, que atenda os povos indígenas no Piauí” o objetivo é a instalação de uma unidade da FUNAI no estado do Piauí, com a intenção de garantir proximidades com as demandas dos povos indígenas na esfera estadual.

A solicitação é urgente em virtude do estado do Piauí ser a única unidade da federação sem uma representação da Funai. Por isso, a criação dessa unidade busca potencializar as ações de proteção a invasões, violações de direitos e ameaças. A terceira urgência registrada no Ofício, nº 3/2022, Funai (2022, p. 4) “É urgente que seja REALIZADO VISITA IN LOCUS para ações de fiscalização e monitoramento territorial e ambiental”.

Essa medida contribuirá para mitigação dos impactos ambientais e sociais, além de responsabilizar as empresas da soja por desmatamento ilegal, assoreamento e contaminação e, pela destruição da principal estrada repetida vezes. A quarta urgência registrada no Ofício nº 3/2022, Funai (2022, p. 5), “Monitoramento da política de titulação de terras realizados pelo INTERPI” essa é uma medida de prevenção contra as ações de desrespeito, assédio e intimidação, já mencionadas anteriormente”.

A quinta urgência registrada no Ofício nº 3/2022 (FUNAI, 2022, p. 5) “Reafirmamos a necessidade do cumprimento da função social da Funai na defesa dos

do território Laranjeiras que ultrapassa sessenta mil hectares. As famílias indígenas lutam por área de dezenove mil hectares que está localizada fora da área dos assentados.

direitos sociais” o intuito é promover os direitos sociais e territoriais do povo gamela no Sudoeste do Piauí, especialmente no território Laranjeiras, universo dessa pesquisa. Articula com as secretarias de saúde e educação para criação políticas de saúde e educação indígena no estado do Piauí. E, ” IV) execução de projetos de apoio ao fortalecimento da participação social das mulheres e dos jovens Gamela (APIGL, 2022, p. 6).

Na sexta urgência, a APIGL (2022, p. 6) requer “[...] acesso com URGÊNCIA aos processos: 08620.01244312018-95 (qualificação da demanda fundiária Gamela no Piauí) e processo nº08087.000609/2021-11 (reunião do INTERPI com a Comunidade de Laranjeiras)”. Fica evidente a extrema relevância monitorar e acompanhar os processos e reuniões em caráter de urgência para tomar as devidas providências nas questões fundiárias e agrárias, que diz respeito, ao território indígena (TI) de Laranjeiras.

As ações e pedidos de medidas, pautadas em caráter de urgência, revelam que nesses últimos quatro anos, o governo federal flexibilizou a ocupação ilegal de terras indígenas. Um exemplo é o aumento dos conflitos por terra no Estado. Aponta Oliveira e coautores (2020, p.16) que os conflitos no campo alcançaram o número de 1.834 em 2019, no Brasil.

Segundo Rangel e Liebgott (2021, p. 20),

As omissões do governo federal em relação à proteção dos territórios indígenas afetaram também outros aspectos da vida dos povos originários, com destaque para os diversos casos de desassistência na saúde e à falta generalizada de saneamento básico – situações especialmente graves no contexto da pandemia por Covid-19.

O discurso de ódio, disparado pela gestão presidencial do então presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), especificamente contra a população indígena, instigou a prática de violência, invasão, ameaças e mortes nas terras indígenas. Essa posição do governo federal de Bolsonaro colocou em risco a vida dos povos originários, a permanência no território e a continuidade da preservação dos biomas, inclusive porque o Cerrado e a Amazônia foram castigados pelas ações criminosas do ex-presidente Bolsonaro.

A retomada da TI de Laranjeiras se inicia no ano 2020, também início da pandemia do covid-19 e segundo ano de mandato do governo de extrema direita de Bolsonaro. As principais dificuldades foram as de dialogar com a Funai, que foi defasada pelo governo, o reconhecimento da terra indígena por parte do estado, assédio e intimidação por parte

do INTERPI e, autoidentificação como indígena Gamela que é uma dificuldade do estereótipo e do receito de sofrer preconceito na sociedade.

Desse modo, Verdum (2021, p. 53) alerta que,

A paralisação das demarcações de terras e o estímulo às invasões garimpeira, madeireira, pecuária e de grileiros causaram graves inseguranças junto aos povos e aprofundaram ainda mais a vulnerabilidade nutricional, sanitária e cultural – condições diretamente ligadas à garantia e à proteção dos territórios indígenas.

Na região Sudoeste do Piauí, o agronegócio impulsionou sua produção de commodities, desmatando grandes áreas, inclusive, rumo às terras indígenas do povo Gamela. Essas ações impactaram a situação econômica, social e ambiental dos indígenas Gamelas. Um dos principais impactos registrados no território foram as enchentes, provocando assoreamento, poluição e contaminação.

Um outro impacto registrado no ano de 2021, no estado do Piauí, foi a ação do despejo. Segundo Verdum (2021, p. 86), a Fetag-PI “[...]enunciou e repudiou o despejo cometido contra a família do indígena Akroá-Gamella, Adaildo José Alves da Silva, por meio de ordem de despejo emitida pelo juiz da Comarca de Gilbués (PI)”. Isso confirma a omissão do estado, tanto na esfera federal quanto estadual, no que se refere à proteção e garantia dos direitos aos povos indígenas no Sudoeste do Piauí.

Essa disputa por terra no Piauí, e no Brasil, é o resultado da colonização, uma herança hegemônica. Como afirmam Neto e coautores (2021, p. 1), “[...] o legado histórico da invasão europeia sobre as terras que atualmente integram o território brasileiro é a concentração fundiária, em outras palavras, muita terra na mão de poucos e pouca terra na mão de muitos”.

Uma das medidas que fomentaram a concentração de terras no Brasil, foi a ação do próprio estado na criação da Lei 601, de 1850, conhecida como Lei de Terras, no objetivo de limitar a identificação de terras públicas e privadas. Segundo Neto e coautores (2021, p. 2),

Para pôr fim às ocupações desordenadas, mas sem ter como objetivo a democratização de acesso à terra (muito pelo contrário), foi instituído o Regime de propriedade, por meio da Lei de Terras – Lei no 601/1850 cuja finalidade limitava-se a identificar e extremar (separar) as terras públicas das particulares e garantir a segurança jurídica às aquisições e ocupações rurais da elite agrária. Essa lei foi considerada um marco por ter sido responsável em transformar a terra em mercadoria (só poderia ser adquirida mediante compra) trazendo consigo os paradigmas do

capitalismo liberal, sob as bases do racismo, impossibilitando o acesso às terras de grande parte da população negra, liberta ou escravizada e pequenos posseiros.

O estado do Piauí foi construído com base na pecuária, criação animal, por ser um estado ruralizado, as terras se concentravam nas mãos de grandes criadores. Essa foi uma porta de entrada para expandir as terras privadas no estado. Nesse sentido, o agronegócio no estado do Piauí, é o principal causador da concentração de terra.

Para Neto e coautores (2021, p. 3), “[...] a omissão estatal frente ao seu patrimônio contribui para permanência da concentração fundiária e facilita a apropriação indevida dessas terras por meio das mais diversas práticas/técnicas de grilagem das terras não arrecadadas pelos Estados”. Isso significa que o estado contribui firmemente para prática de apropriação, concentração e grilagem de terras.

O povo indígena do território Laranjeiras sofre com a prática da grilagem de terra desde segunda metade do século XX, se intensificando nos anos 1990, com a chegada dos chamados “gaúchos”. A chegada dos novos colonizadores deu o início a uma nova fase da luta pela terra no território Laranjeiras. Essa luta, travada em consequência de ameaças, inclusive de conflito armado, se tornou expressão da r-existência Gamela. Nesse período, o povo Gamela perdeu grande parte de suas terras, ficando limitados (ou encurralados) em pequenas áreas, ditas “cedidas” pelo suposto proprietário.

Neto e coautores (2021, p. 4) explicam, em caráter de denúncia, que

Pelo menos 51 municípios, dos 224 do estado, encontram-se com áreas sobrepostas no SNCR, o que demonstra a apropriação ilegal de terras públicas (grilagem), normalmente associada a expropriação de territórios tradicionais e expulsão de posseiros, sobretudo se considerarmos o aumento dos conflitos fundiários no estado. Somado a isso, o aumento significativo da “transformação” das posses/ocupações em propriedades entre os anos de 2006 e 2017.

A relação do estado com povos e comunidades tradicionais tem sido de descaso e omissões. Como têm demonstrado Neto e coautores (2021, p. 4), “[...] com os avanços da agricultura empresarial, a luta dos povos tradicionais tem sido tensa e conflituosa”. Esse é um cenário violento protagonizado pelo agronegócio, incentivado pelo estado, atingindo principalmente os mais vulneráveis nas proximidades do Cerrado.

No próximo capítulo, a dissertação se concentra na expansão da agricultura empresarial, uma agricultura orientada para exportação. A ideia é aprofundar a discussão com o tema em questão, buscando entender a dinâmica desse mercado no Cerrado

Piauiense. Para isso, é preciso entender quem são os financiadores dessa política econômica neoliberalista que causa impactos sociais e ambientais na região.

2.2 Expansão da fronteira e disputa por terra no bioma Cerrado: avanços, ameaças e problemas socioambientais

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), “o bioma Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, abrangendo a área de aproximadamente 200 milhões de hectares, o que corresponde a 23,3% do território nacional”. A expansão da fronteira agrícola⁸ é a principal ameaça ao Cerrado. Esse avanço causa impactos sociais e ambientais ao território de Laranjeiras.

Esse estudo pesquisa a expansão da fronteira agrícola e os principais problemas de impactos na vida dos Gamelas de Laranjeiras no município de Currais. O estado do Piauí integra a região conhecida como MATOPIBA (parte significativa do bioma Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

O estado do Piauí é destaque no cenário nacional em extensão territorial, expansão da agricultura e avanço dos monocultivos de soja. Segundo Aguiar (2005, p. 5),

O estado do Piauí possui uma área de 250.934 km², ocupando 16,20% da região Nordeste e 2,95% do território nacional. De acordo com FUNDAÇÃO CEPRO (1992), o Cerrado piauiense é o quarto mais importante do Brasil e o primeiro do Nordeste, ocupando uma área de 11.856.866 milhões de hectares, o que corresponde a 46% da área do Estado, equivalendo a 5,9% do Cerrado brasileiro e 36,9% do nordestino.

Esses dados revelam o potencial das terras no Cerrado Piauiense. O objetivo principal desses incentivos é o aumento das áreas de produção e da quantidade de grãos por hectares. Por tanto, o estado do Piauí é um grande incentivador do agronegócio, especialmente nessa última fronteira agrícola. Segundo Frederico (2013, p. 36), “Entre 2005 e 2009, enquanto a área plantada de soja no território brasileiro recuou 7%[...] com exceção do Nordeste onde a área aumentou 14%”. Esses dados revelam o foco da política de incentivo na expansão da fronteira agrícola no Sudoeste do Piauí, especialmente na área de pesquisa, o território indígena de Laranjeiras.

⁸ A expansão da fronteira agrícola é uma expressão utilizada para justificar a lógica do agronegócio na apropriação e expropriação de terras, principalmente os territórios tradicionais.

Essas são as primeiras sinalizações do potencial territorial do Cerrado piauiense, favorável para expansão da fronteira agrícola. Em 1970 o Piauí registra suas primeiras atividades dos empreendimentos agrícolas. Em 1980 esses empreendimentos se instalam no Cerrado do território de Laranjeiras.

Segundo Jesus e Fabrini (2017, p. 95), “No Piauí, a apropriação das terras dos Cerrados por grandes empreendimentos agropecuários iniciou-se na década de 1970”. Os estabelecimentos agropecuários são os primeiros passos do agronegócio no Sudoeste do Piauí. Mais tarde, a expansão resultaria na produção dos monocultivos de soja.

Esses avanços impulsionaram a modernização agrícola, a tecnologia industrial no uso de máquinas no Cerrado e na expansão das áreas de cultivos. De acordo com Jesus e Fabrini (2017, p. 95) “Esse impulso teve importante participação do Estado, o que colocou o Brasil entre os maiores produtores de grãos do mundo”. Por outro lado, Jesus e Fabrini (2017, p. 95) afirmam que “[...] agravou os problemas ambientais, reduziu a biodiversidade, concentrou terras e espalhou violência no campo e na cidade”.

A região do Sudoeste do Piauí é conhecida como a última fronteira agrícola. Localizada a mais de 700 km da capital do Estado –Teresina - essa região possui uma das maiores reservas de água doce do estado. Sendo uma zona estratégica de produção de água, o Sudoeste do Piauí conta com uma rede hídrica formada a partir das nascentes dos brejos, no município de Currais, local do universo da pesquisa.

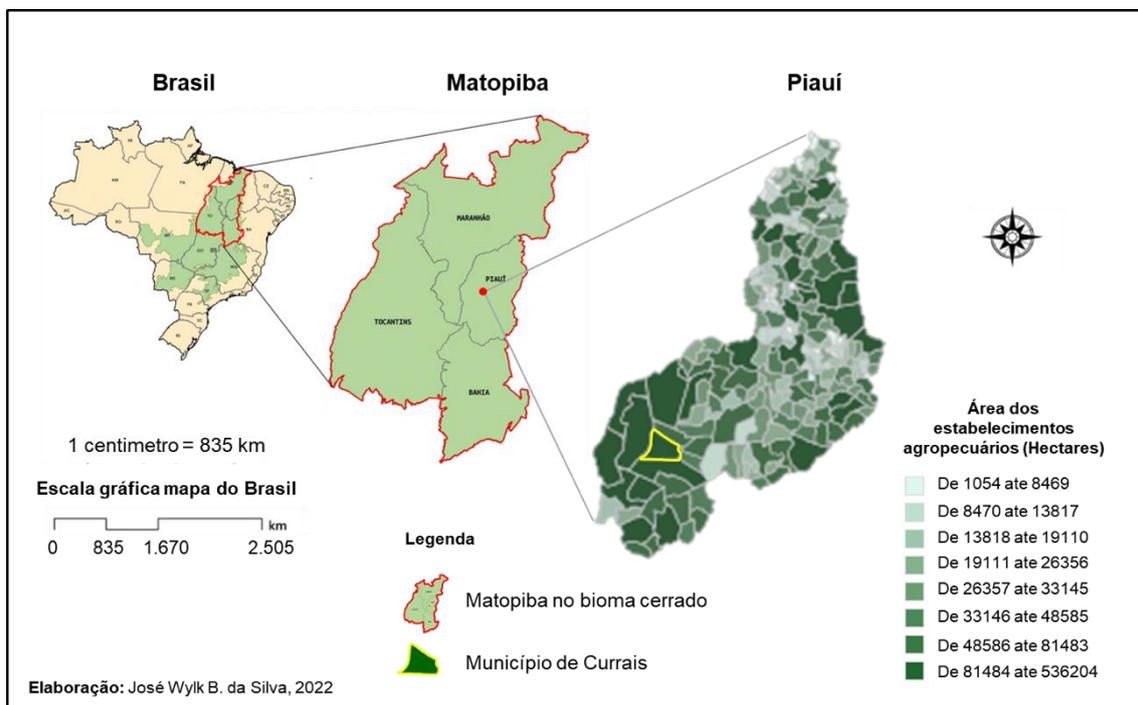
O universo da pesquisa se concentra no território indígena (TI) de Laranjeiras, no município de Currais, Sudoeste do Piauí. Currais é formado possui uma área territorial 3.156,657 km, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE (2021), conta com uma população de 4.704 pessoas, IBGE (2010) um Produto Interno Bruto –PIB *per capita* 40.339,08, IBGE (2019) e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,542.

Conforme Sauer (2010, p.78), “Segundo estudo do Banco Mundial (2010), a demanda mundial por terras tem sido enorme, especialmente a partir de 2008. Tal fato tornou a “disputa territorial”, histórica no Brasil e na América Latina, um fenômeno global”. Acentua-se a oposição entre um projeto para o campo – modo de produção para o capitalismo e outro projeto do/no campo – modo de produção baseado na agricultura sustentável, sistemas agroflorestais e técnicas agroecológica.

A demanda (global) e as disputas por terra fazem parte também da dinâmica e expansão da fronteira agrícola no Cerrado Piauiense. A chegada de empresas e investimentos estrangeiros, conforme estudos de Sauer (2010, p. 78) explica o “land grabbing” na região, acelerando a aquisição de terras, fomentando os monocultivos e o uso de agrotóxicos, impactando diretamente no meio ambiente.

A Figura 4 apresenta a Comunidade de Laranjeiras, localizada no município de Currais, região do Sudoeste do Piauí. O município de Currais também está localizado no Cerrado.

Figura 4: Município de Currais (PI)



Fonte: IBGE (2022)

O agronegócio tem como principal atividade, o plantio de soja em grande escala, orientada para exportação, abrindo espaço para indústrias estrangeiras, em razão da política de Estado ser baseada no livre comércio. Silva e coautores (2019, p. 130) afirmam “[...] no Brasil, a indústria é parte da concentração da terra e o agronegócio uniu tudo”. Essa unificação acelerou o desmatamento e aumentou o uso de produtos químicos (agrotóxicos) nas lavouras de soja, justificando suas ações no recorde de produção de grãos para combater a fome.

O avanço das lavouras de soja transformou o Cerrado em campo de negócios. A tecnologia é a principal ferramenta de potencialização industrial nesse campo. Rufos (2015, p. 12) afirma que “O campo brasileiro, especialmente as áreas de Cerrado, tem sido intensamente modificado, a partir, sobretudo, da incorporação de tecnologia destinada à produção”. Por isso os avanços das lavouras são resultado do avanço tecnológico, orientada para produção em grande escala.

No Piauí, o avanço da tecnologia aumentou a produção da monocultura da soja, aumentando, também, o desmatamento na região. Afirma Aguiar (2005, p. 5) que “[...] a partir de 1996, a soja tornou-se a principal cultura e sua produção continuou sempre em ascendência” isso evidencia os incentivos do estado para expansão da fronteira agrícola. Segundo o governo do estado do Piauí a Associação dos Produtores de Soja do Piauí (Aprosoja), prevê “[...] para 2023, a previsão é que a safra de soja seja cerca de 10% maior que em 2022”.

Em contrapartida os povos tradicionais, especialmente os territórios dos Gamelas, estão sendo drasticamente reduzidos frente aos avanços da expansão da fronteira agrícola, Jesus *et. al* (2017, p. 97) “[...] a expansão do agronegócio nas áreas dos Cerrados, por meio de suas monoculturas, ameaça a biodiversidade e provoca a contaminação do solo, água, ar”. O agronegócio é o principal responsável pelos avanços da expansão da fronteira agrícola.

Os impactos do agronegócio no território de Laranjeiras são decorrentes do desmatamento no Cerrado, uso de fertilizantes e agrotóxicos, principais poluidores de nascentes, brejos e rios. Os Gamelas de Laranjeiras vivem a insegurança sob suspeita da contaminação da água e dos buritizais. As áreas desmatadas e o uso de agrotóxicos comprometeram o uso da água e a sobrevivência dos Gamelas no território.

Na TI de Laranjeiras, o povo Gamela realiza suas atividades agrícolas de forma harmônica com a natureza, respeitando a biodiversidade, mantendo os recursos naturais do solo e protegendo as nascentes de brejos e rios.

Diante da expansão do agronegócio, fica claro que o estado fomentou a política de modernização agrícola. Em contrapartida, Jesus e Fabrini (2017, p. 96) afirmam que “[...] ecossistemas de vegetação originária foram drasticamente reduzidos a partir de políticas de modernização da agricultura e expansão da fronteira agrícola, atingindo os ‘povos tradicionais dos Cerrados’”.

No ano 2020, primeiro ano de pandemia, o ecossistema da TI de Laranjeiras foi drasticamente atingido por enchentes, que se originaram do desmatamento no Cerrado. Os impactos atingiram o solo, os buritizais, a nascente do brejo e comprometeu os modos de vida do povo Gamela. Portanto, a política que incentivou a produção de soja, é a mesma que legitima o desmatamento e o uso de agrotóxicos nas lavouras de soja.

A suspeita de contaminação resultou no desabastecimento de água, comprometendo também o uso de água para animais e a prática do extrativismo dos buritizais fonte de alimento e renda. Jesus e Fabrini (2017, p. 97) alertam que, “Em vista do potencial hidrográfico brasileiro, sobretudo do Cerrado, as águas brasileiras são alvo de cobiça de corporações capitalistas nacionais e internacionais”.

O Cerrado é conhecido como berço das águas. Por isso, uma forma de expulsar os povos tradicionais de seus territórios é poluindo e contaminando as águas. A cobiça das empresas agrícolas capitalistas revela que a disputa também é por água. Vale lembrar que água e terra não se separam, e juntas são fonte de produção e ambas devem ser protegidas.

Assim, além da Terra, recentemente também a água, essencial para a produção de alimentos e reprodução das famílias que tradicionalmente ocupam Chapadas e Cerradões, é cada vez mais apropriada pelo agronegócio empresarial para a produção de mercadorias. (Jesus e Fabrini, 2017, p. 97).

A apropriação de terras tem como objetivo expandir as áreas de produção das lavouras de soja, principal no Sudoeste do Piauí. Por esta razão, a expansão da soja no Sudoeste do Piauí, implica na ameaça a vida dos povos tradicionais. Por isso, uma das principais ameaças é o avanço da produção via desmatamento, invasão das terras, seguida de perseguição, intimidação e ameaças de mortes.

No território indígena TI de Laranjeiras, os avanços da fronteira agrícola reduziram o território ao campo falacioso do “desenvolvimento” tornando a terra a serviço do capital. Nesse sentido, a terra foi expropriada e reorganizada para superar safras e lucros. Por isso, a lucratividade é o principal objetivo da produção de soja.

A narrativa justificadora, no entanto, é a produção de grão para garantir alimento para o país. Essa ideia é fundamentada no número de toneladas de grãos produzidas por safra. Segundo a Aprosoja (2020, p. 3), o Brasil teve uma safra de soja em 2019/2020 com “[...] uma produção de 124,5 milhões de toneladas distribuídas em uma área 36,97 milhões hectares”. Esses dados são usados para justificar a apropriação de terras no Cerrado.

Por outro lado, os dados da FAO (2019) revelam que “[...] 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil”, contradizendo e, ao mesmo tempo, desmistificando as falácias do agronegócio. Portanto, a produção de grãos é destinada ao mercado externo, ou seja, promove a lucratividade, sem resolver os problemas sociais básicos, como a fome no Brasil.

A política agrária no Brasil é o principal incentivador da expansão do agronegócio, no Sudoeste do Piauí. Essa região é conhecida como a última fronteira agrícola. Essa pesquisa revela a expansão do agronegócio como principal responsável pelos impactos sociais e ambientais no território de Laranjeiras. O enfrentamento na tentativa de frear esses impactos é a principal luta dos Gamelas.

Os Gamelas enfrentam a expansão da soja no intuito barrar o desmatamento e a poluição do meio ambiente. O desmatamento é responsável pela expansão da fronteira agrícola fomentada pelo estado e por empresas estrangeiras. Desse modo, a luta dos Gamelas é por demarcação na garantia de proteção étnica e ambiental.

O desmatamento é um dos problemas ambientais causados pela expansão do agronegócio no Cerrado. Isso se reflete nas mudanças climáticas, na segurança alimentar dos Gamelas e no assoreamento das águas, comprometendo a existência no território de Laranjeiras.

Segundo Lima e coautores (2020, p. 275),

A mudança climática afetará e já vem afetando todos os aspectos da segurança alimentar, seja do potencial impacto na produção de alimentos, nos preços dos alimentos, nos meios de subsistência e renda não agrícola, bem como na segurança alimentar. Esses riscos afetarão, em particular, os habitantes mais pobres e vulneráveis das cidades e municípios em escala global.

Essa política de incentivos financeiros para o agronegócio contribui para a desertificação do Cerrado. Atualmente o Cerrado é substituído por produção de commodities. A política de investimentos no agronegócio é acelerada pelo uso de agrotóxicos para aumento da produção/safra. Resultando em impactos ambientais, principalmente na produção dos povos mais vulneráveis.

A utilização de agrotóxicos nas lavouras agrícolas acelera a produção, a comercialização e a lucratividade das empresas do agronegócio. A agenda do agronegócio é prioridade na política agrária brasileira. Essa é a política de estado dos últimos seis anos no Brasil. Segundo Leite e coautores (2019, p. 184),

A agenda do grande agronegócio já é devidamente conhecida e a pauta prioritária apresentada pela FPA ao presidente passa pela simplificação do licenciamento ambiental, aceleração da regularização fundiária, transformar em lei o conteúdo do parecer 01/2017 da AGU, liberação acelerada de agrotóxicos e revogação dos decretos e portarias do fim do governo Dilma para áreas indígenas, quilombolas e reforma agrária.

Os agrotóxicos são poluentes altamente danosos à saúde humana e ao meio ambiente. No período chuvoso, segundo as anotações no caderno de campo (2022), os rejeitos de agrotóxicos são direcionados pelas enchentes para o solo e a água do brejo Laranjeiras, impactando principalmente a nascente da água.

Um grave problema ambiental da comunidade de Laranjeiras é a dificuldade de proteção da nascente do brejo,⁹ principal fonte de água potável utilizada para serviços e consumo. Essas dificuldades ocorrem devido à proximidade com o agronegócio, local de desmatamento e uso de substâncias químicas nas lavouras de soja.

No quesito proteção, os camponeses e indígenas desenvolveram suas próprias técnicas de proteção da nascente, conforme Figura 5.

Figura 5: Nascente - método popular de medir o nível de pressão da água¹⁰



Fonte: Projeto de extensão Universidade Popular (2019)

⁹ A nascente do brejo Laranjeiras é a principal fonte hídrica dos Gamelas, responsável por abastecer água e a prática do extrativismo de butiazais para toda poluição garantindo alimento e renda.

¹⁰ Essa nascente reapareceu no território de Laranjeiras depois de sumir em consequência do desmatamento pelas primeiras atividades do agronegócio no território.

A Figura 5 ilustra a ação de proteção da nascente do brejo Laranjeiras. Essa ação é resultado das atividades de extensão do projeto Universidade Popular, inserido no curso da Licenciatura em Educação do Campo, na Universidade Federal do Piauí (UFPI-CPCE). A luta da comunidade de Laranjeiras ganha força com a parceria com Associação dos Povos Tradicionais e Indígenas da Comunidade de Laranjeiras, que se coloca à frente na defesa do território, na luta pelo acesso à terra, na proteção da água e na demarcação do território.

Contudo, em relação à questão ambiental na comunidade de Laranjeiras, Rufos (2013, p. 60) aponta.

Na questão ambiental, há uma série de problemáticas relacionadas à agricultura moderna [...]essa grande preocupação surge em razão da ameaça que o meio ambiente em detrimento da intensificação da erosão, contaminação do solo e do ar, diminuição da biodiversidade e assoreamento de corpos d'água. Além disso, há uma série de ameaças relacionadas à utilização da pulverização aérea, fertilizantes químicos, defensivos agrícolas e agrotóxicos.

Essa é a realidade do território indígena TI de Laranjeiras, região Sudoeste do Piauí. Os indígenas Gamelas assumem o papel principal na mitigação dos impactos socioambientais (desmatamento, contaminação do solo e da água, assoreamento e os conflitos sociais na disputa do acesso e permanência na terra).

2.3 Expansão das lavouras de soja no território indígena (TI) de Laranjeiras: a narrativa de combate a fome para justificar a exportação de commodities

A expansão das lavouras de soja é a principal atividade agrícola do agronegócio. Por isso, o desmatamento surge como a principal forma de expandir essas lavouras e, também, se apropria das terras no Piauí. Essas atividades são sustentadas por uma agenda política da agricultura empresarial orientada para lucratividade e acúmulo de capital.

A expansão da soja no território indígena TI de Laranjeiras, implica na ideia da produção de alimentos para redução da fome. Para isso, o estado fomenta políticas que flexibilizam a presença da agricultura empresarial no Cerrado, financiado por bancos e empresas internacionais. A agricultura empresarial opera na idealização desenvolvimentista de produzir riquezas e redução da pobreza. Um exemplo é o apoio do

Banco Mundial nos anos iniciais de 1990, um dos principais responsáveis por financiar o setor político-agrário no Brasil. Sauer (2006, p. 286) explica:

Influenciado pela onda democratizante dos anos 1980/1990 e procurando amenizar oposições e críticas, o BIRD ampliou o seu portfólio de apoio aos países, incluindo temas e projetos como, por exemplo, alívio da pobreza, participação das mulheres e preservação.

A justificativa da redução da pobreza, participação das mulheres e preservação ambiental teve apoio político e popular para implementação dos investimentos no setor agrário do Brasil. Uma importante sinalização dos avanços da agricultura empresarial no Brasil. No Piauí, especialmente, no território de Laranjeiras, a chegada dos Sulistas representou os primeiros registros de atividade agrícolas da produção de soja financiada pelo estado e por bancos estrangeiros.

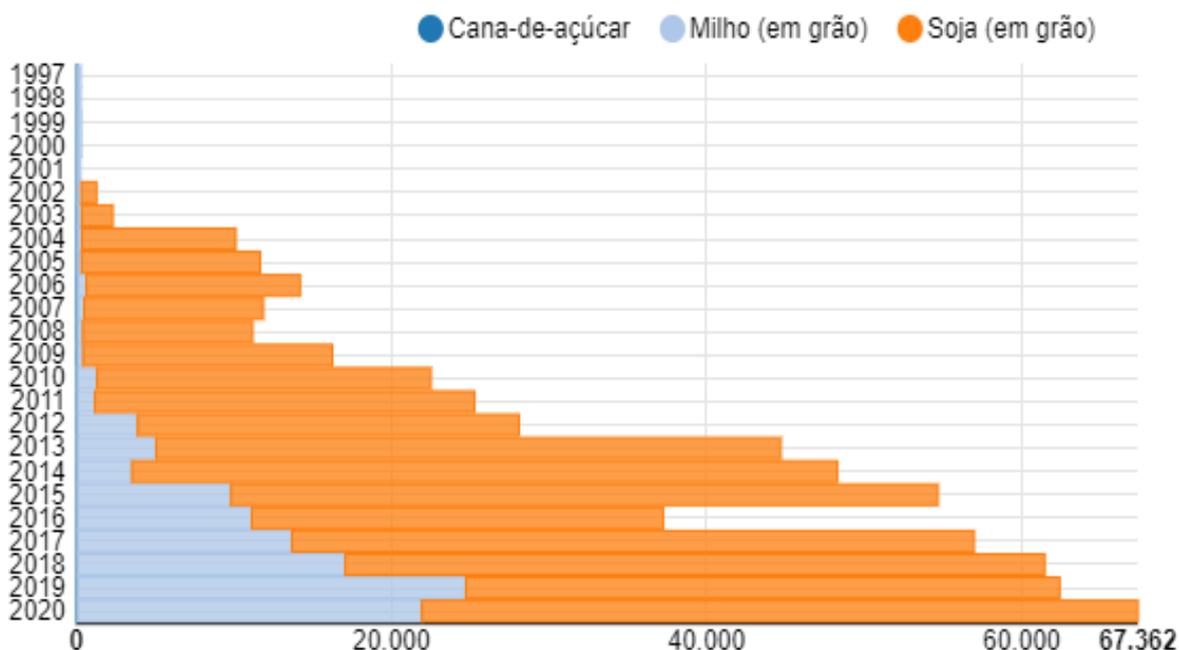
Moraes (2000, p. 275) explica, “esses são aspectos que ajudam a entender os processos de territorialização no capital deslanchado no Sudoeste do Piauí[...]” portanto, fica evidente que o projeto da indústria agrícola é dedicado a acumulação de capital, produção, venda, exporta e lucra.

A agenda do agronegócio é fundamentada na expansão, produção e concentração de capital. Para isso, o agronegócio usa a narrativa de combate a fome no Brasil e no mundo. Os dados da FAO (2019, p.1) revelam “33 milhões de pessoas passam fome no Brasil”, ou seja, o agronegócio é produção de commodities orientada para exportação e lucratividade.

A produção de soja nunca alimentou o mundo, nem enriqueceu as sociedades, pelo contrário, produziu commodities para enriquecimento próprio. A expansão que é sustentada pela ideia de desenvolvimento, desmatou o Cerrado para produção de grãos em grande escala, orientada para exportação. O desmatamento no Cerrado gerou impactos socioambientais comprometendo a vida e sobrevivência do povo Gamela de Laranjeiras.

A figura 6, apresentam os números da produção de grãos nas lavouras do Cerrado. Esses índices indicaram um grande crescimento na produção, comprovando a expansão no território. No Cerrado, no município de Currais, essa área é plantada em hectares, formada pelo cultivo de soja, milho e cana-de-açúcar.

Figura 6: Área plantada de cana, milho e soja no município de Currais (PI) – hectares



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

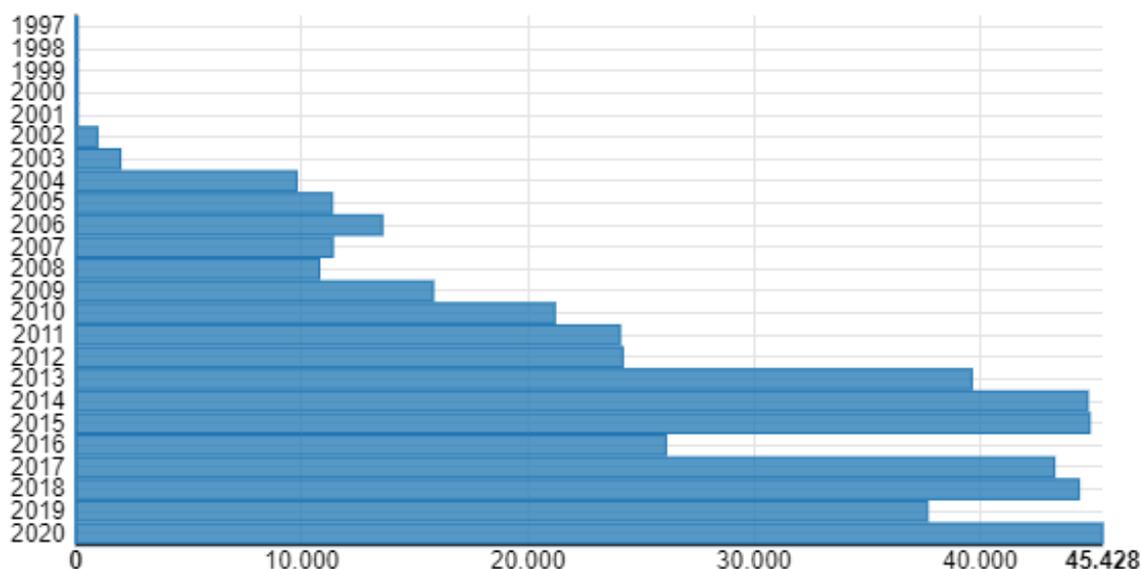
Fonte: IBGE (2017)

De acordo com dados da Figura 6, a área cultivada de soja (em hectares) supera a produção de milho e cana-de-açúcar no município de Currais. Essa atividade marca a expansão do agronegócio na região, nos últimos 20 anos, protagonizando a exportação de grãos. A área plantada em hectares no cultivo do milho, até 2018, fica abaixo dos vinte (20) mil hectares. Já em 2019, atinge sua maior marca de área cultivada em hectares.

A Figura 7 demonstra o crescimento da área plantada em hectares de soja no município de Currais. Esse dado é importante, pois revela a expansão do agronegócio na região, ocorrendo aumento das lavouras, um grande atrativo para empresas estrangeiras.

Essa área também corresponde aumento significativo nos últimos 20 anos, registrando altos índices da produção de soja. Nos três primeiros anos, a área plantada fica abaixo dos dez (10) mil hectares. No ano 2010, essa marca cresce, superando os vinte ((20) mil hectares. Em 2020, ultrapassa os quarenta (40) mil hectares da área plantada no cultivo da soja (2017).

Figura 7: Área plantada em hectares de soja no município de Currais (PI)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Fonte: IBGE (2017)

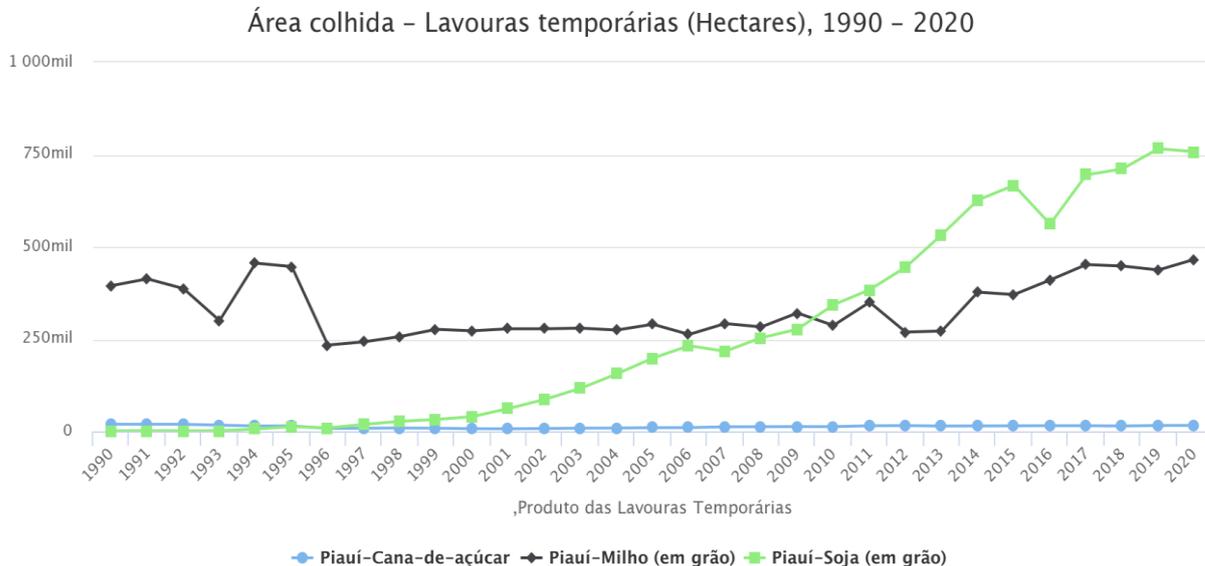
O cultivo da monocultura da soja no território indígena TI de Laranjeiras, localizado no município de Currais, teve início nos 1990. A exemplo da figura anterior, em 1997 começa as primeiras sinalizações do cultivo. Em 2004 os primeiros resultados apresentam uma quantidade relevante.

Os dados da Figura 8 apontam o cultivo da soja, milho e cana-de-açúcar, como as atividades produtivas dominantes (área colhida das lavouras temporárias) no município de Currais. De 1990 a 2009, o milho mostrou dominância na área colhida. No entanto, a partir de 2010, o cenário se inverte, passando a soja a ser dominante no total (hectares) da área colhida no município. Em 2020, a área colhida do milho foi de apenas 550 mil hectares, sendo que a soja superou a casa de 750 mil hectares colhidos (IBGE, 2017). A cana-de-açúcar não apresenta índices de crescimento no município.

Desse modo, é evidente que a expansão da soja é um projeto antagônico ao desenvolvimento da sociedade. Por exemplo, o território indígena TI de Laranjeiras é ameaçado pela expansão da soja, devido ao desmatamento, conflito por terra, ameaça de morte, mudanças climáticas, contaminação do solo e da água. No entanto, o agronegócio principal responsável por essa expansão insiste na ideia da produção para crescimento econômico.

A Figura 8 apresenta o crescimento da área colhida de todas as lavouras temporárias, desde 1990 a 2020, no município de Currais (PI).

Figura 8: Lavouras temporária (área colhida) em Currais – 1990-2020 (hectares)



Fonte: IBGE (2017)

Portanto, esse crescimento das áreas cultivadas e colhidas, em hectares, na produção de grãos, se sustenta no discurso do combate à fome e no crescimento da economia. No entanto, esse discurso é contraditório diante dos dados da FAO (2020, p.1) que apontam que “[...] mais da metade dos domicílios brasileiros de (55,2%) convivem com algum grau de insegurança alimentar no final de 2020 um aumento de 54% desde 2018 (36,7%)”.

Essa informação contradiz o modelo político do governo Bolsonaro 2019-2022 dos incentivos à agenda do agronegócio. Também revela que o Brasil passa uma grave crise sanitária e de saúde pública com desinformações sobre a pandemia e a fome no país. Um outro problema grave, é a proteção ambiental e a segurança de povos e comunidade tradicionais.

Esse cenário se agrava com a destruição ambiental, resultado do desmatamento no Cerrado, que causa sérios danos na terra e na água. Segundo Gomes (2019, p.7): “As principais causas são a erosão, salinização, compactação, acidificação e contaminação”. Esses são problemas que prejudicam a produção e o consumo de água no território indígena TI de Laranjeiras, expondo o povo Gamela à insegurança alimentar.

Nesse sentido, os princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional são baseados na noção de segurança alimentar e nutricional (SAN) que é

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (IPEA, 2004, p.4).

Assim, de um lado a produção de grãos em grande escala (milhões/safra). Por outro lado, fome e insegurança alimentar. Por isso, o agronegócio aposta no desmatamento ilegal, uso a natureza para benefício próprio no acúmulo de capital. Como resultado, a fome assola milhões de brasileiros, pois a produção de grãos é destinada ao mercado externo. Diante disso, é importante discutir um outro problema, a questão do emprego, discurso do agronegócio, que se diz empregar brasileiros para geração de renda. No entanto, em contradição Cruz (2020, p 1) revela:

No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua do IBGE (2020), 5 milhões de pessoas, aproximadamente, desistiram de procurar emprego, nos termos da instituição, e chama a atenção o fato de ser o mesmo número o qual a FAO (2019) estima que estão em situação de fome no país.

Os dados da PNAD mostram que as cinco milhões de pessoas desempregadas, que também estão em situação de fome é resultado do Brasil em fase de retrocesso. Por exemplo, a extinção da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, antigo MDA no governo extremista de 2019-2022, mas que atualmente no governo Lula foi recriado entendendo o papel fundamental para o desenvolvimento da agricultura no país.

Um contraste desse cenário são os números da produção de grãos, em especial a soja. Conforme dados divulgados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2017), que dizem respeito a produção de soja, nosso país é o segundo maior produtor desse grão, perdendo apenas para os Estados Unidos. Baroni e coautores (2017, p. 6).

Os dados da CONAB (2017, p. 7) confirmam

O complexo soja, composto pela soja em grãos e seus derivados, como óleo e farelo de soja, foi o principal produto exportado em 2017, representando 14,10% de toda a exportação brasileira, ou seja, US\$

30,69 bilhões, ficando à frente de produtos importantes como minérios, petróleo e combustíveis.

O agronegócio produz milhões de toneladas, fatura bilhões em dólares, mas o Brasil tem 33% da população em situação de fome. Do outro lado, a população é constituída de mais de 100 milhões no mapa da insegurança alimentar. Essas duas situações foram protagonizadas pelo último governo da gestão 2019-2022.

Essa constatação responsabiliza o governo Bolsonaro por ser o principal causador da fome no Brasil. Principalmente por disseminar fake News na sociedade como tentativa de ocultar a fome, o desemprego e a miséria. As pesquisas revelam o cenário caótico deixado pelo então ex-presidente Bolsonaro, conforme Cruz (2020, p. 31)

Em janeiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro, ainda recém-empossado, publicou a Medida Provisória nº 870 e extinguiu o CONSEA, o que representou um forte retrocesso da SAN brasileira. O governo Bolsonaro também vetou do Plano Plurianual (PPA) 2020 – 2023 o compromisso orçamentário com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) e por meio do Decreto nº 9759/19 desfez a comissão nacional responsável pela implementação da Agenda 2030 no Brasil.

Desse modo, fica evidente o projeto do governo do ex-presidente Bolsonaro é o desmonte das empresas públicas para fortalecer o setor privado. Assim, fica claro que o projeto de governo é para incentivar a expansão dos empreendimentos agrícolas, financiar empresários do agronegócio e estimular a participação de bancos no setor agrário brasileiro.

O resultado disso, é a expansão da fronteira agrícola, caracterizada por desmatamento, conflitos por terra, ameaças e mortes no campo. Por tanto, com o avanço da expansão da soja, o território indígena TI de Laranjeiras luta para proteger as chapadas e os baixões do desmatamento e das ameaças do agronegócio. Essa é uma forma de existência do povo Gamela para produção e subsistência.

Em razão disso, Moraes (2000, p. 249) informa:

[...] as chapas são áreas consideradas propícias à prática da caça, da coleta de frutos, de mel e de plantas terapêuticas e a criação do gado e da miunça na solta (sem cercamento). Já o baixão corresponde as terras baixas, como solos tidos como mais ricos que os das chapadas, e com maior teor de humidade, devido à presença de rios, riachos, lagoas e brejos.

A chapas do território indígena TI de Laranjeiras, atualmente está situada na área de conflito, assim como a área dos Baixões produtivos. Essa terra se configura um bem ancestral, é parte da vida do povo Gamela. A presença dos olhos d'água e das nascentes dos brejos tornam a terra altamente produtiva.

O território de Laranjeiras também está situado as margens do desenvolvimentismo¹¹ do agronegócio. Por isso, a principal luta no território é o enfrentamento a ação do agronegócio na apropriação das terras indígenas, seguida de ameaças e intimidações. Essas ações se fortaleceram por meio de medidas provisórias, atropelando a constituição e legalizando o ilegal.

Um retrato disso, são medidas provisórias (MP's) editadas no governo Temer, como mostra Leite e coautores (2019, p. 174) “área ambiental, uma ação emblemática, entre várias, foi a publicação de duas MPs, alterando limites de parques e áreas de proteção ambiental para atender demandas do agronegócio[...]”. Um exemplo disso é a disputa no território Laranjeiras que ameaçado pela imposição de fazendeiros como área de reserva do agronegócio.

Assim, este capítulo conclui que há impasses e desafios na esfera estadual e federal na titulação e demarcação de terras. O Piauí, enquanto Interpi é parcial nas questões fundiárias, estimula o agronegócio e intimida as comunidades para titulação de terras. O território de Laranjeiras vivência esses impasses e desafios, ou seja, parte do povo tem interesse na titulação individual enquanto as 71 famílias Gamelas lutam por demarcação da terra.

A expansão do agronegócio na região é financiada pelo estado do Piauí. Esse financiamento tem como objetivo incentivar a produção do cultivo de soja. Essa produção tem como resultado o desmatamento da vegetação natural do Cerrado, acarretando problemas sociais e ambientais.

No território de Laranjeiras, a expansão do agronegócio do cultivo de soja, sinaliza as primeiras produções a partir de 1997. Por outro, também sinaliza os primeiros índices do desmatamento, resultando no assoreamento da nascente e do brejo Laranjeiras. Comprometendo os meios de subsistência e permanência dos Gamelas no território.

¹¹ As margens desenvolvimentistas significam dizer que o território de Laranjeiras convive com desmatamento, contaminação do brejo e dos buritizais, poluição e ameaças, intimidações e violação dos direitos humanos.

Por isso, é evidente, que essa lógica desenvolvimentista e expansionista é sustentada pela narrativa da fome, ou seja, produzir para alimentar o mundo. No entanto, é contraditório, pois essa é uma produção de commodities orientada para exportação de grãos. O principal objetivo dessa política é a comercialização de terras e a concentração de riquezas moldadas pelo pensamento desenvolvimentista.

Essa política é de estado, principal incentivador da indústria agrícola, empresarial, moderna e tecnológica. Por tanto, conhecida como a última fronteira agrícola, visa a produção da commodities soja para enriquecimento próprio. Lembrando que o desmatamento e os impactos são decorrentes dos financiamentos do estado que contribuem para a expansão da fronteira agrícola no Cerrado.

O próximo capítulo discute a r-existência do povo Gamela no território indígena TI de Laranjeiras. Destacando a retomada da terra, as lutas por reconhecimento, a proteção do meio ambiente e a criação da associação como estratégia de fortalecimento da luta por terra. Por tanto, é uma discussão do povo Gamela no seu próprio território de vivência e existência, para reconhecer sua originalidade e defender suas terras.

CAPÍTULO 3

R-existência Gamela, lutas por reconhecimento e proteção da natureza

3.1 R-existência do Povo Gamela no território indígena (TI) Laranjeiras, Sudoeste do Piauí: A luta por etnia, terra e proteção da natureza

A r-existência do povo Gamela no território indígena TI de Laranjeiras é pela retomada da terra e por proteção da natureza. Retomar a terra significar auto reconhecimento como indígena Gamela para proteger a terra da expansão do agronegócio da soja. Atualmente as setenta e uma (71) famílias indígenas que formam o território lutam contra a o desmatamento e por proteção ambiental.

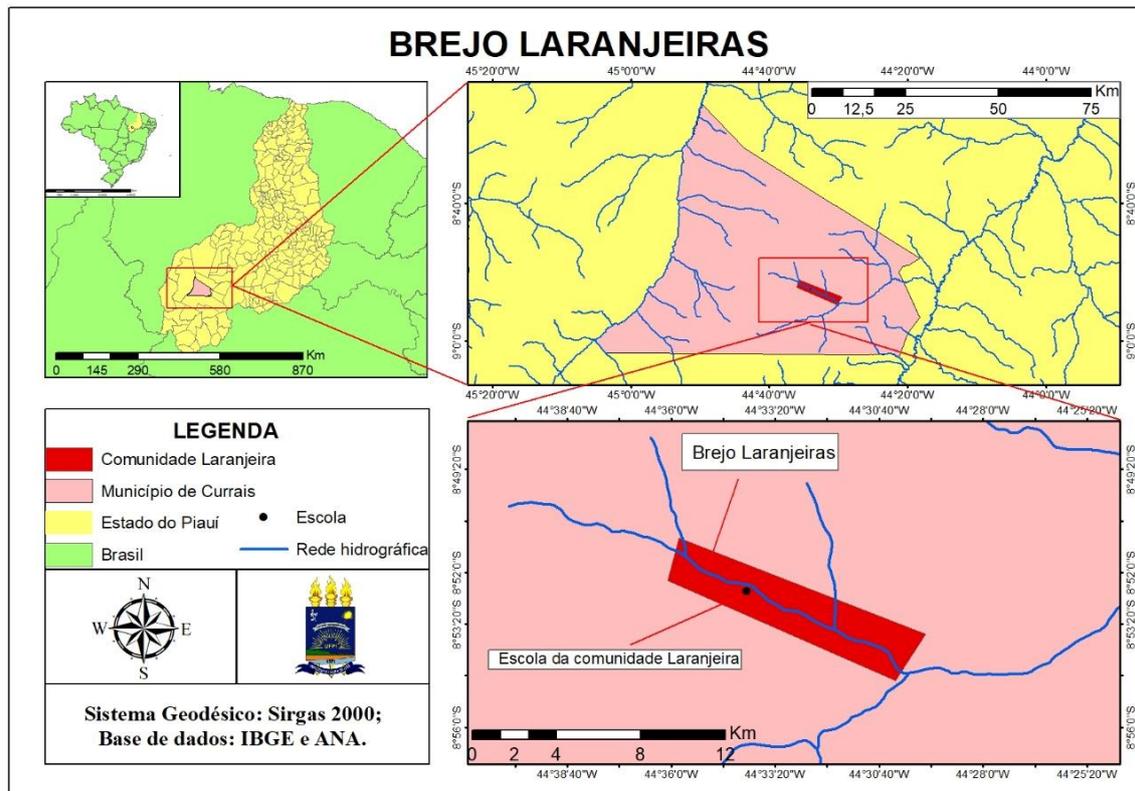
A retomada da terra tem como objetivo lutar por reconhecimento como Gamelas de Laranjeiras. Essa luta afirma a identidade dos Gamelas vivendo no território há mais de 150 anos. Segundo o caderno de campo (2022) “os ancestrais nasceram, se criaram e foram sepultados no território Laranjeiras”.

A luta étnica dos Gamelas reconhece o território de Laranjeiras como terra indígena pertencente ao povo Gamela. Essa luta é também para defender a cultura, os costumes, os modos de produção e a subsistência. A etnia é, portanto, a garantia da luta do povo Gamela por reconhecimento, terra e meio ambiente. Logo, o acesso à terra e a proteção ambiental é fundamental para sobrevivência dos Gamelas de Laranjeiras.

A Figura 9, apresenta o principal recurso hídrico do território indígena de Laranjeiras, o brejo Laranjeiras, fonte de água e produção de buriti no fortalecimento da alimentação e renda. Segundo anotações no caderno de campo (2022) o brejo Laranjeiras este suspeito de contaminação por resíduos químicos (agrotóxicos) atingido pelos últimos impactos ambientais.

A proteção da natureza é uma luta pela defesa da biodiversidade, que tem como atividade principal o uso sustentável da água e dos buritizais. Proteger o brejo Laranjeiras é a garantia de proteção dos Gamelas de Laranjeiras. Portanto, a proteção do brejo Laranjeiras é uma r-existência fundamental em defesa da natureza e da vida humana.

Figura 9: Comunidade de Laranjeiras, localizada em Currais– (Piauí)



Fonte: ANA (2022).

Segundo, Gonçalves e Cuin (2013, p. 5)

Desse modo, o impedimento ao acesso e sua concentração são fontes de poder é, portanto, de relações sociais de dominação/opressão/exploração. A propriedade privada, priva e quanto mais concentrada priva ainda mais! Sendo assim, a luta pela terra/água e pela desconcentração fundiária (reforma agrária), mais que uma questão de economia, como normalmente é tratada, é fundamental para a democracia, pois diz respeito às relações de poder que se fazem através do controle do acesso à terra/água.

O território de Laranjeiras é ameaçado pelas empresas do agronegócio, um exemplo é a unidade BUNGE Laranjeiras localizada dentro do território. Essas propriedades privadas são as principais causadoras dos impactos ambientais. A contaminação do brejo Laranjeiras por rejeitos químicos é resultado da produção de soja a base de agrotóxicos dessas grandes empresas.

Na luta em defesa do meio ambiente, os Gamelas têm como objetivo barrar o desmatamento e a contaminação da água. Para isso, a elaboração do auto mapeamento é fundamental para fortalecer a luta por proteção ambiental. O auto mapeamento também foi criado para delimitar a área da retomada da terra. Esse auto mapeamento forma um

território de Laranjeiras conhecido como Baixões produtivos, terra de produção de alimentos e criação de animal. Essa terra também é área de conflito fundiário. Os Baixões possuem uma biodiversidade intacta formada por solo produtivo, água doce e floresta nativa do Cerrado.

A Figura 10, apresenta o auto mapeamento do povo Gamela delimitando o próprio território no processo de proteção ambiental e retomada da aterra. Nesse mapa estão localizados os Baixões produtivos utilizados pelo povo Gamela para produção de alimentos e solta do gado (criação animal).

Figura 10: auto mapeamento do território indígena Gamela de Laranjeiras



Fonte: Relatório gerado pelo aplicativo Tô no Mapa, em 23 de setembro de (2022)

O auto mapeamento corresponde a uma área de aproximadamente, 19.780,0 hectares de terra, formando os Baixões produtivos da área de retomada dos Gamelas de Laranjeiras. Segundo, Moraes (2000, p. 250) “o Baixão é ainda o lugar onde se encontra dois tipos de terrenos extremamente importantes para os camponeses: áreas de vazante (as margens dos rios) e as de brejos (terrenos alagadiços)” portanto, os Baixões produtivos são áreas de roças fundamentais para produção e sobrevivência do povo Gamela.

Moraes (2000, p. 256) explica “ o sistema de roças de toco funciona como base de produção dos principais legumes, como mandioca, feijão, arroz, fava e milho complementada pelo criatório (gado), pela miunça (suínos, ovinos e caprinos) e aves”. Nessa perspectiva, os baixões produtivos do povo Gamela são áreas de produção de alimentos, solta do gado e, também, áreas de caldeirões.

Os baixões produtivos correspondem a área que está em retomada pelo povo Gamela. Essa área é formada pelo Baixão do travessão, Baixão do milho, Chico de dentro, Chico de fora, Baixão do caboco, Baixão da pendenga, Baixão são Vicente, Baixão da vereda, Baixão do Brandão, Arrecifes, Baixão da solta, Baixão da catuaba.

O Quadro 6 apresenta o Baixão do treessão área de retomada do povo Gamela e, também, área de conflito por terra.

Quadro 6: Baixões do treessão ou Território Indígena de Laranjeiras

Baixão	Agricultura/pecuária	Hectares	Área
Baixão do Travessão	Baixão da solta do gado, pastagem, caldeirão e água	600 h	Retomada da terra

Fonte: Anotações Caderno de Campo (2022)

As atividades praticadas nessa área eram à solta do gado, a pastagem e os caldeirões de água para criação dos animais de corte. Contudo, a área é formada por 600 hectares de terra e a população de Laranjeiras faz o uso coletivo dessa área, protegendo o Cerrado e mantendo os nutrientes naturais do solo e da água. O Quadro 7, apresenta o Baixão do milho, área utilizada para produção de alimentos na garantia do sustento das famílias indígenas.

Quadro 7: Baixão do milho, território indígena (TI) de Laranjeiras

Baixão	Agricultura/pecuária	Hectares	Área
Baixão do milho	Produção de alimentos (Milho, feijão e arroz)	40 h	Retomada da terra

Fonte: Anotações Caderno de Campo (2022).

O Baixão do milho é formado por 40 hectares de terra, fica localizado na área de retomada da terra indígena do povo Gamela. Essa área era utilizada para produção de alimentos na garantia da subsistência do povo Gamela. O Quadro 8, constitui o Baixão Chico de dentro, área da retomada do povo Gamela de Laranjeiras.

Quadro 8: Baixão Chico de dentro do TI de Laranjeiras

Baixão	Agricultura/pecuária	Hectares	Área
Baixão Chico de dentro	Produção de alimentos (Cultivo de arroz, milho e fava.)	35 h	Retomada da terra

Fonte: Anotações Caderno de Campo (2022).

O Baixão Chico dentro forma uma área de 35 hectares, utilizado para produção de alimentos (arroz, milho e fava) na garantia da subsistência do povo Gamela. Atualmente é área da retomada do povo Indígena de Laranjeiras. O Quadro 9, constitui o Baixão Chico de fora que localizado no TI de Laranjeiras.

Quadro 9: Baixão Chico de fora no TI de Laranjeiras

Baixão	Agricultura/pecuária	Hectares	Área
Baixão Chico de fora	Produção de alimentos (Cultivo de arroz e mandioca)	30 h	Retomada da terra

Fonte: Anotações Caderno de Campo (2022).

O Baixão Chico de fora é formado por 30 hectares, utilizado pelo povo Gamela para produção de alimentos (arroz e mandioca) localizado na área de retomada do povo indígena de Laranjeiras.

O Quadro 10, Baixão dos cabocos fica localizado no território indígena (TI) de Laranjeiras. Atualmente área de disputa por terra.

Quadro 10: Baixão dos cabocos, território indígena (TI) de Laranjeiras

Baixão	Agricultura/pecuária	Hectares	Área
Baixão dos cabocos	Produção de alimentos (mandioca, arroz, fava e milho)	20 h	Retomada da terra

Fonte: Anotações Caderno de Campo (2022).

O Baixão dos Caboclos é constituído no território indígena de Laranjeiras, formado por 20 hectares, utilizada pelo povo Gamela para produção de alimentos (mandioca, arroz, fava e milho) localizado na área de retomada da terra indígena. O Quadro 11, Baixão da pendenga é constituído no TI de Laranjeiras, localizado na área de disputa pela terra.

Quadro 11: Baixão da Pendanga no TI de Laranjeiras

Baixão	Agricultura/pecuária	Hectares	Área
Baixão da Pendanga	Produção de mandioca	40 h	Retomada da terra

Fonte: Anotações Caderno de Campo (2022).

O Baixão da Pendanga é formado por 40 hectares de terra, utilizado pelo povo Gamela para produção de mandioca na garantia de subsistência da população indígena e está localizado na área de retomada da terra. O Quadro 12, Baixão do São Vicente está localizado no TI de Laranjeiras, área da retomada da terra.

Quadro 12: Baixão do São Vicente no TI de Laranjeiras

Baixão	Agricultura/pecuária	Hectares	Área
Baixão do São Vicente	Produção de alimentos (mandioca, forno de farinha, brincadeiras de roda e cantorias durante as noites de lua)	50 h	Retomada da terra

Fonte: Anotações Caderno de Campo (2022).

O Baixão do São Vicente é formado por 40 hectares de terra, utilizado pelo povo Gamela para produção de alimentos (mandioca e farinha) e utilizado, também, como espaço de cultura, brincadeiras, cantorias em noite de lua. Atualmente é área da retomada do povo indígena de Laranjeiras. O Quadro 13, Baixão da Vereda fica localizado no TI de Laranjeiras.

Quadro 13: Baixão da Vereda no TI de Laranjeiras

Baixão	Agricultura/pecuária	Hectares	Área
Baixão da Vereda	Produção de mandioca	80 h	Retomada da terra

Fonte: Anotações Caderno de Campo (2022).

O Baixão da Vereda é formado por 80 hectares de terra, utilizando pelo povo Gamela para produção de mandioca para garantir alimento. Atualmente é área de retomada da terra indígena do povo Gamela. O Quadro 14, Baixão do Brandão está localizado no TI de Laranjeiras.

Quadro 14: Baixão do Brandão no TI de Laranjeiras

Baixão	Agricultura/pecuária	Hectares	Área
Baixão do Brandão	Produção de mandioca, milho e feijão	60 h	Retomada da terra

Fonte: Anotações Caderno de Campo (2022).

O Baixão do Brandão é formado por 60 hectares, utilizado pelo povo Gamela para produção de alimentos (mandioca, milho e feijão), atualmente é área de retomada pela terra da população indígena de Laranjeiras. O Quadro 15, Baixão dos Arrecifes, localizado no TI de Laranjeiras.

Quadro 15: Baixão dos Arrecifes localizado no TI de Laranjeiras

Baixão	Agricultura/pecuária	Hectares	Área
Baixão dos Arrecifes	Pecuária (solta do gado, animais livres para pastagem)	40 h	Retomada da terra

Fonte: Anotações Caderno de Campo (2022).

O Baixão dos Arrecifes é formado por 40 hectares, utilizado pelo povo Gamela para atividade pecuária (solta do gado, animais livres para pastagem), atualmente essa é uma área de retomada da população indígena de Laranjeiras. O Quadro 16, Baixão da farinha de puba está localizado no TI de Laranjeiras, área de conflito por terra.

Quadro 16: Baixão da farinha de puba, território indígena de Laranjeiras

Baixão	Agricultura/pecuária	Hectares	Área
Baixão da farinha de puba	Produção (mandioca, fava e feijão)	30 h	Retomada da terra

Fonte: Anotações Caderno de Campo (2022).

O Baixão da farinha de puba é formado por 30 hectares de terra, utilizado pelo povo Gamela para produção de alimentos (mandioca, fava e feijão), esta é uma área de retomada da terra da população indígena de Laranjeiras.

Nessa perspectiva, fica evidente, as razões pelas quais o povo Gamela de Laranjeiras faz a retomada da terra. A riqueza das terras também evidencia as tentativas de invasão do agronegócio. Portanto, a disputa é pela terra produtiva e pelo potencial hídrico. Nesse sentido, Moraes (2000, p. 251) acrescenta, “A forma tradicional de estabelecimento e de manejo dos recursos naturais pelos camponeses nos cerrados,

comporta um certo olhar para o ambiente e suas possibilidades de recursos, a partir do Baixão”, ou seja, os Baixões em disputa no TI de Laranjeiras são áreas com grandes potências em minerais naturais para essenciais para produção.

Os Baixões estão localizados no TI de Laranjeiras, no Cerrado piauiense. Essa região apresenta grande potencial hídrico formado por nascentes de brejos, rios e olhos d’água. Por isso, que o agronegócio avança em direção aos Baixões, para se apropriar das terras produtivas e do potencial hídrico.

Em defesa dessa terra, os indígenas Gamela de Laranjeiras realizam o enfrentamento aos avanços da expansão agrícola da soja, como r-existência aos problemas sociais e ambientais. Portanto, o povo Gamela se reconhece como indígena para proteger seu território, o Cerrado, do desmatamento, da degradação, da poluição e da invasão seguida de intimidações e violações dos direitos humanos.

Por isso, o Tribunal Permanente dos Povos (TPP) (2021, p. 4) alerta

Essa ocupação predatória foi desenhada e dirigida pelo Estado brasileiro, em articulação com Estados estrangeiros e agentes privados nacionais e estrangeiros, os quais compartilham a responsabilidade nessa acusação.

Esse modelo de agricultura perversa é responsável pelo desmatamento, por invasão e violência no TI de Laranjeiras. Um exemplo claro é a disputa por terra e proteção socioambiental no território. Assim, a luta do povo Gamela é por terra e por proteção dos recursos hídricos e naturais da ação devastadora do agronegócio. Por um outro lado, o TPP (2021, p. 4) esclarece a verdade sobre a proteção dos povos e da biodiversidade

Enfatizamos também a dupla importância de proteger os Povos do Cerrado da ameaça de Genocídio: para o seu próprio bem e para proteger a diversidade cultural e biológica (que eles manejam por meio de seus conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade), o que constitui um bem comum para toda a humanidade e para o equilíbrio ecológico do planeta.

Isso revela que a proteção do povo Gamela de Laranjeiras é crucial para proteção do Cerrado e da biodiversidade existente. Por isso, que demarcar o TI de Laranjeiras é a garantia para proteção do Cerrado no município de Currais (PI) para produção sustentável e preservação dos recursos naturais e hídricos.

Para isso, é importante a organização social do povo Gamela no intuito da luta pela terra ser uma alternativa ao modelo insustentável do agronegócio. Como exemplo, a

produção de alimentos saudáveis é fortalecida pela parceria entre território e universidade. Assim, essa é uma r-existência do povo Gamela no enfrentamento à agricultura do uso do veneno.

A produção sustentável, sem uso de agrotóxicos é uma marca de r-existência Gamela, positiva para produção agrícola das famílias indígenas. Portanto, para fortalecer a r-existência Gamela, a implementação da placa solar é fruto da parceria com a universidade. Essa ferramenta é resultado dos investimentos em tecnologia limpa para contribuir com as famílias indígenas na produção de alimentos sustentáveis.

A Figura 11, ilustra a irrigação de hortas cultivadas de forma sustentável usando a energia solar para captar água e potencializar a produção de alimentos.

Figura 11: A irrigação da roça com a placa solar instalada na Comunidade Laranjeiras.



Fonte: Projeto de Extensão Universidade Popular (2019)

A produção dos alimentos via placa solar é uma alternativa sustentável que não agride o meio ambiente e tem o intuito de promover a produção agrícola tradicional, fortalecendo a luta pela proteção da natureza e o consumo de alimentos saudáveis.

A água é uma das principais fontes de riqueza e alimento para o povo Gamela no território indígena de Laranjeiras. Em consequência dos impactos socioambientais,

devido ao desmatamento no Cerrado, as enchentes castigaram o povo e comprometeram o uso da água. Esse problema é resultado do uso de agrotóxicos nas lavouras de soja no Cerrado.

Esse problema diz muito sobre a agricultura industrial da produção de soja a base de agrotóxicos (fertilizantes, pesticidas, insumos) todos potencialmente poluidores ao meio ambiente. Por isso, essa é uma luta de r-existência do povo Gamela diante do problema da expansão da fronteira agrícola que é a contaminação de nascentes de brejos e rios. Contudo, o uso da placa solar é uma alternativa e ao mesmo tempo uma r-existência de sobrevivência do povo Gamela.

A principal suspeita do povo Gamela é a contaminação da água por rejeitos químicos trazidos nas enchentes. Esse problema comprometeu a saúde do povo, inviabilizando o consumo por pessoas e animais. Para proteger a terra e a água, uma das principais lutas do território foi fazer a manutenção da nascente, reflorestar a área e denunciar os impactos socioambientais.

Uma das formas de fortalecer essa r-existência, é a elaboração desse estudo que pesquisa a própria realidade do TI de Laranjeiras. Desse modo, é fundamental a elaboração documental, contando a história do povo Gamela, a r-existência no enfrentamento ao agronegócio e as lutas por terra e proteção ambiental. Por isso, esse estudo é construído para além da formação acadêmica, ou seja, documentar a retomada do povo Gamela de Laranjeiras na luta por terra e reconhecimento étnico.

O universo da pesquisa, local de pertencimento do sujeito participante, contribui com o projeto por meio dos conhecimentos tradicionais. São os Gamela que assumem o levante da proteção do território, resistindo às ameaças impostas pela expansão do agronegócio. Torna-se relevante, portanto, construir uma pesquisa que fortaleça a r-existência da comunidade de Laranjeiras.

3.2 A luta por reconhecimento do povo Gamela: estratégias e a criação da associação indígena na luta pela demarcação da terra

A luta do povo Gamela por reconhecimento, nasce da luta dos nossos ancestrais, para sobreviver as invasões, perseguições, ameaças e mortes do período colonial ao agronegócio contemporâneo, no TI Laranjeiras. A estratégia principal da luta contra o

agronegócio é o reconhecimento como indígenas para retomar os direitos da terra deixadas pelos ancestrais. Para isso, a criação da associação foi fundamental para organizar a luta coletiva por demarcação da terra indígena.

Por isso, este documento da pesquisa de mestrado, se configura uma ferramenta documental importante na soma das lutas e r-existências do TI de Laranjeiras. Assim, a estratégia é, também, coletar documentos e elaborar estudos que comprovam a existência Gamela no território para demarcação da terra. Portanto, essa luta se fortalece com a criação da associação dos povos indígenas Gamela de Laranjeiras que é uma r-existência diante da expansão da fronteira agrícola da soja no município de Currais e na região do Sudoeste do Piauí.

Segundo o caderno de campo (2022), “a criação da associação Indígena Gamela de Laranjeiras é importante para proteger o território do agronegócio, na luta pelos seus direitos de se criar na terra que foi povoado pelas bisavós”. Por isso, é importante saber que os primeiros habitantes desenvolveram suas relações de sobrevivência com a terra, cultivando-a para o plantio de sementes, e na criação de animais. Justificando, que os antepassados, tinham uma relação harmônica com o meio ambiente.

Outros depoimentos relevantes para r-existência Gamela no território é a afirmação que consta no caderno de campo (2022) no seguinte relato “minha mãe foi pega no mato por vaqueiros”. Portanto comprova as perseguições e violências com o povo Gamela e confirma a r-existência indígena para sobreviver no território ancestral. No outro momento, segundo os depoimentos, também, no caderno de campo (2022) “minha avó faleceu em meus braços quando eu tinha uns 12 anos de idade” fato histórico que ocorreu em meados do ano 1945, confirmando a presença indígena no território Laranjeiras.

A Associação dos Povos Tradicionais e Indígenas da Comunidade Laranjeiras – APIGL (2021), explica que “as atividades produzidas nesse período eram o cultivo do arroz, fava, milho e mandioca somada da criação animal, produção e criação para consumo próprio”. Por isso, as dificuldades na luta por terra, eram permanecer e produzir para sobreviver as ameaças do agronegócio. Como tentativa de expulsão a primeira violação foi a destruição das roças de mandioca por máquinas agrícolas.

Atualmente, a principais violências são: invasão, intimidações, ameaças e violações de direitos humanos. A luta principal é contra a expansão da fronteira agrícola

que causa desmatamento e invasão de terras tradicionais para produção das commodities soja. Como forma de r-existência o povo Gamela cria a associação indígena para enfrentar a destruição ambiental do agronegócio.

Essa destruição é resultado da expansão da produção de soja, no TI de Laranjeiras, que é orientada para exportação. Essa expansão contribui para os conflitos sociais na disputa por terra. Conseqüentemente negando a existência do povo Gamela no Cerrado e ocultando os impactos socioambientais.

Por isso, o Boletim Informativo (2020, p. 1) informa:

A região do Cerrado Piauiense nas últimas décadas vem passando por intensas transformações decorrentes das atividades do agronegócio. A criação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA, em 06/05/2015, intensificou ainda mais o processo de mudanças econômicas e sociais. Os grandes empreendimentos que se instalaram vêm produzindo impactos na vida dos povos e comunidades tradicionais, que se sentem ameaçados pela expropriação territorial e danos ambientais.

As atividades do agronegócio intensificaram os conflitos sociais e econômicos das comunidades tradicionais na região do bioma Cerrado. No TI de Laranjeiras, essas ações comprometem a permanência do povo Gamela no território, devido aos danos sociais e ambientais.

A r-existência diante de tanta destruição passa pela criação da Associação dos Indígenas Gamela de Laranjeiras, que tem como objetivo fortalecer, organizar e lutar por demarcação da terra. Por isso, que a luta por demarcação é principal ação coletiva, enquanto associação, para legitimar o lugar de fala do povo originário de Laranjeiras no município de Currais.

A afirmação da r-existência do povo Gamela no território de Laranjeiras parte das lutas sociais em defesa da água e da terra, ameaçado pela expansão do agronegócio, lógica capitalista que tentam ocultar essa existência. De acordo com Porto Gonçalves (2001, p.11), “Tentar criar unidades de conservação ambiental, a pretexto de proteger a biodiversidade, expulsando povos e suas culturas que co-evoluíram com os ecossistemas, é desconhecer todos esses fatos e sua contribuição para toda a humanidade e o planeta”.

Em razão disso, a proteção do povo Gamela de Laranjeiras é fundamental para proteger o Cerrado da devastação do agronegócio da soja. Este é um dos motivos principais para criação da associação do povo Gamela, defender a terra, a biodiversidade, frear o desmatamento e r-existência para lutar contra a expansão agrícola.

O TI de Laranjeiras, município de Currais, é uma região de Cerrado caracterizada por sua potencialidade de nascentes de rios e brejos, formado por raízes profundas e, como função grande capacidade absorção de água. No entanto, com o desmatamento o solo é alterado para incapacitação de absorção de água, causando fortes enchentes e contaminando o solo e os recursos hídricos.

Desse modo, proteger o meio ambiente e o território desses impactos, também é o desafio da associação indígena de Laranjeiras. Em razão disso, a luta por demarcação da terra é fundamental para proteger o território e o Cerrado. Contudo, a associação se debruça na demarcação fundamentada na história do povo Gamela se reconhecendo como indígena para retomar o território.

No entanto, a luta contra o agronegócio é uma luta política e econômica, pois os principais financiadores é o estado, bancos e empresas nacionais e internacionais. Isso é, ainda, mais desafiador para o povo Gamela de Laranjeiras, que, enquanto associação, busca dialogar com estado nos processos de demarcação da terra indígena. Em contrapartida, o estado dialoga com o agronegócio atraindo investimentos e instalações agrícolas em terras indígenas. Um exemplo disso é unidade BUNGE Laranjeiras que fica instalada dentro do TI de Laranjeiras.

Essa ação é fomentada pelo Estado, que protagoniza os incentivos financeiros para atingir altos índices da produção de commodities orientada para exportação. Portanto, Gomes (2019, p. 64) afirma, “Em função da relevância do agronegócio para a economia brasileira, o agronegócio é o principal receptor de investimentos do governo, o que incentiva a expansão do mercado de novas tecnologias de monoculturas”, esses incentivos visam apenas os lucros, do outro lado, ocultam os impactos ambientais, principalmente o desmatamento no Cerrado de Laranjeiras.

Portanto, a luta do povo Gamela por terra e demarcação, nasce do objetivo do reconhecimento, da proteção e prevenção. Por isso, o desmatamento do Cerrado é uma das principais causas do assoreamento de recursos hídricos no TI Laranjeiras. Um outro fator são as ameaças de invasão das terras dos Povo Gamela. Esse é um problema que está oculto na sociedade, pois, a visão foca apenas na relevância da produção para economia. Gomes (2019, p. 63) complementa

O agronegócio possui papel fundamental na economia brasileira, mas seu desenvolvimento é acompanhado por crescentes preocupações com os impactos ambientais provocados pela agricultura e pecuária nos

recursos naturais, que podem repercutir na biodiversidade, na disponibilidade hídrica, na qualidade do ar e do solo e na saúde humana.

Esses impactos implicam diretamente na vida do Povo Gamela na Comunidade Laranjeiras, comprometendo o uso dos recursos naturais. O consumo de água e a produção na terra são insuficientes para garantir a permanência na terra. Portanto, o Povo Gamela afirma a sua r-existência, do ponto de vista do autorreconhecimento, assumindo sua ancestralidade enquanto grupo étnico e com um lugar de pertencimento.

Por essa razão, a cultura, as tradições, os meios de produção e a relação com meio ambiente são vivências ancestrais que transgrediram para o povo Gamela. Essas vivências garantiram por décadas, alimentos e natureza protegida. No entanto, em tempo de expansão agrícola empresarial, a permanência no território é questionada. Gonçalves (2003, p. 12) afirma que:

A resistência dos povos indígenas e dos camponeses já se faz sentir tanto entre os mexicanos como entre os brasileiros. A Carta do Pajés (Sábios Indígenas), elaborada no encontro realizado em 17 de maio de 2000, em Brasília, por 20 Pajés de diferentes regiões do Brasil, é um a clara demonstração que essas populações têm hoje perfeita compreensão não só dos seus inimigos, mas, também, do significado de sua (s) cultura (s) para si próprios, para os países com os quais a história reservou seu destino e para a humanidade como um todo.

A compreensão do povo Gamela quanto ao seu território e sua cultura e ancestralidade, estimulam na luta em defesa do território Laranjeiras. Diante das ameaças o povo Gamela se apoia no reconhecimento e r-existência para afirmar aquilo que já existia, a presença do povo Gamela na Comunidade Laranjeiras. Portanto, as lutas são legítimas, sendo um direito de todos os sujeitos em reconhecer sua própria cultura.

Todas as etnias indígenas no Brasil assumem o papel de proteção do meio ambiente, defendendo o compromisso com a terra e protegendo-a dos impactos socioambientais. Gonçalves (2003, p. 13) reforça: “Tudo o que protegemos durante séculos pertence ao Brasil e aos povos do Brasil. [...] Diante de tudo isso, os pajés assinam com suas mãos este documento afirmando seu compromisso com a vida, mas é preciso um compromisso do governo federal”.

Entende-se que de fato os indígenas protegem o meio ambiente, no entanto, o Governo extremista de Bolsonaro está do outro lado, o lado do desenvolvimento econômico concentrado no domínio do agronegócio. Por isso, é preciso pensar no

compromisso coletivo abarcando todos os sujeitos que formam as diversas sociedades. Para isso, Gonçalves (2003, p. 13) acrescenta “Compromisso de nunca abandonar os povos indígenas em nome do desenvolvimento errado que tem causado mais pobreza do que riqueza aos brasileiros”.

Esses desafios direcionam para as lutas do TI Laranjeiras no enfrentamento a expansão do agronegócio, defesa dos brejos e a demarcação da terra indígena. A associação do povo Gamela é a principal ferramenta de luta para garantir a sobrevivência e permanência no território. Por meio dessa iniciativa o povo Gamela se organiza para defender a terra, a água, a fauna e a flora.

A luta indígena é histórica e está presente em todo território Latino Americano. O legado é de resistência diante das ameaças do Estado e do comércio ilegal que castigam o povo e o meio ambiente com morte e destruição. Segundo Lowy (2014, p. 2):

Essas resistências indígenas têm, portanto, motivações muito concretas e imediatas – salvar suas florestas, ou suas nascentes – em uma batalha pela sobrevivência. Mas elas correspondem também a um antagonismo profundo entre a cultura, o modo de vida, a espiritualidade e os valores dessas comunidades.

A cultura, os modos de vida, a espiritualidade e os valores são a base da resistência e da luta indígena nos diversos territórios originários. A batalha por sobrevivência passa pela força dos sujeitos de assumir sua história e cultura e, defender o legado dos seus antecessores. Essas motivações fortalecem o povo Gamela para enfrentar as ameaças em suas terras.

Portanto, essa é uma luta contra a agricultura predatória do agronegócio, que tenta com grandes esforços, invisibilizar os sujeitos e apagar a história dos povos originários, principalmente no TI de Laranjeiras. A principal ação predatória no território Laranjeiras é o desmatamento e o uso de agrotóxicos que contribui para poluição e contaminação. E a principal forma do agronegócio avançar com essa destruição é negando a existência de povos e comunidade tradicionais, ocultando impactos sociais e ambientais.

Nesse sentido, uma outra luta do povo Gamela de Laranjeiras é a organização social em defesa da demarcação para proteger o território. Por isso, os Gamela assumem o levante das lutas socioambientais no território, no intuito de obter a demarcação da terra indígena e garantir a proteção do meio ambiente. A Figura 12, marca o início da retomada do povo Gamela em articulação com o estado e movimentos sociais.

Figura 12: Audiência Pública no território Laranjeiras com Governo/Movimentos



Fonte: Projeto de Extensão Universidade Popular (2021)

A audiência teve como pauta principal, a luta pela demarcação da terra em defesa do meio ambiente e acesso à terra para produção e subsistência do povo Gamela. Para isso, a segurança no acesso à terra é fundamental, devido as ameaças de mortes e invasão no território, realizadas por fazendeiros do agronegócio.

Segundo Boletim Informativo (2020, p.1):

Em relação ao processo de emergência étnica dos Gamela no sul do Piauí, é possível afirmar que o compartilhamento da memória social, os laços de parentesco e a mobilização política em defesa do Cerrado são elementos que estruturam a organização social e política que está sendo construída pelos habitantes das comunidades citadas.

No entanto, ainda é possível presenciar constantes ameaças por parte de fazendeiros, na tentativa de apropriação dos baixões produtivos, área com grande potencial produtivo e hídrico do território Laranjeiras. Essas ameaças limitam o povo Gamela de produzir seu próprio alimento. Com isso, dificultam a produção para subsistências, comprometendo a sobrevivência do povo gamela.

Nesse sentido, Saraiva (2020, p. 121) alerta que “[...] a violência contra os camponeses e a impunidade dos latifundiários tomaram conta do meio rural nesse

período”. É importante, portanto, se atentar para as violências no campo, à medida que se intensificam os conflitos socioambientais. Por isso, que no território Laranjeiras, o povo Gamela se organiza coletivamente para se impor diante dos conflitos por terra, para permanecer e lutar pela sua própria terra.

Contudo, a problemática pede urgência em uma pauta na agenda política e social, para discutir os avanços do agronegócio no TI de Laranjeiras, bem como a proteção da nascente do brejo e da produção agrícola para subsistências dos indígenas Gamela no município de Currais.

Justificando a importância de uma pauta social para discutir os problemas da comunidade de Laranjeiras, a pesquisa evidencia a urgência, de um projeto que problematize a resistência para permanecer no território e a r-existência para afirmar o lugar de pertencimento do povo indígena Gamela e garantir proteção ambiental, especialmente da água do brejo, fonte de consumo e produção.

A associação é uma ferramenta importantíssima na luta pela demarcação da terra e proteção ambiental. Realizando debate político e econômico para buscar alternativas ao modelo destruidor do agronegócio da soja. E, se fundamenta um espaço relevante da r-existência Gamela para pensar atividades que visem a proteção étnica e ambiental no TI de Laranjeiras, no município de Currais.

Nesse sentido, é inconcluso tudo isso que foi pesquisado ao longo dessa jornada de estudos, pois, as lutas contra a expansão do agronegócio, a r-existência para retomada da terra e as lutas que o povo Gamela enfrenta, são perspectivas almeçadas e não há garantia de sucesso. Por isso, mesmo com a demarcação, ainda, existe a possibilidade de aparecer outras lutas e r-existências.

Portanto, esse estudo concluiu os principais pontos discutidos: as lutas por reconhecimento étnico, demarcação da terra, água e proteção ambiental. Tendo como principal estratégia de luta a criação da associação de povos indígenas de Laranjeiras. Essa associação tem o objetivo de organizar a luta coletiva na garantia de segurança dos indígenas e da proteção ambiental.

Uma das principais lutas é a retomada da terra no sentido de se reconhecer como indígenas para retomar a terra. Para isso, os Gamelas se organizam de forma coletiva para defender a terra da invasão do agronegócio. Essa é uma r-existência dos Gamelas do período do agronegócio pecuarista aos cultivos de soja.

Essa r-existência teve como luta principal resistir as primeiras ameaças do agronegócio e existir diante dos impactos socioambientais. A r-existência marca um período histórico de enfrentamento ao desmatamento e aos impactos para defender o território de Laranjeiras. Os Gamelas retomam a terra como principais sujeitos étnicos responsáveis pela proteção ambiental do Cerrado.

Para isso, a organização coletiva enquanto associação é fundamental para legitimar a luta étnica, por terra e proteção. Outra luta é a garantia de direitos humanos, uma vez que, os fazendeiros do agronegócio invadem e intimidam os indígenas de Laranjeiras. Portanto, a luta também é pela vida e por subsistência no território.

Para concluir, é evidente que essas lutam estão em curso como pauta urgente dos Gamelas nessa região. Enfrentar o agronegócio é conviver com violências, ameaças, perseguições e impactos sociais e ambientais. Para isso, o estado é fundamental na demarcação e na proteção das vidas indígenas.

APONTAMENTOS PARA UMA CONCLUSÃO

Buscando refletir sobre as lutas e r-existências do povo Gamela, essa pesquisa procurou entender o enfrentamento ao agronegócio. Os relatos, observações de campo, e participação nos embates permitiram constatar que a principal luta dos Gamelas é para demarcação da terra como meio de garantia de sua sobrevivência no território com terra produtiva, água sustentável e proteger o meio ambiente. Consequentemente, o reconhecimento como povo Gamela é fundamental para garantir subsistência e proteção no território.

O resgate da história de luta do povo Gamela de Laranjeiras é construído pelas condições mínimas de subsistência. Segundo a pesquisa de campo (2022) o povo Gamela sobrevivia dos recursos do solo, da água, das raízes amargas, do cultivo de mandioca e da fauna. Essa é uma história que revela a harmonia dos Gamelas com a natureza cuidando e protegendo o Cerrado.

No entanto, essa história se agrava com a chegada do agronegócio do cultivo de soja e, consequentemente, o conflito pela terra. Essa pesquisa afirma que a luta povo Gamela contra o agronegócio da soja é para barrar o desmatamento, poluição e contaminação no território. Por tanto, tem como intuito garantir a terra para produção da subsistência das famílias indígenas.

Essa pesquisa investiga a expansão do agronegócio no território de Laranjeiras para identificar os impactos sociais e ambientais. A expansão dos cultivos de soja é o principal causador desses impactos sendo sustentado pelas políticas de incentivo financeiro do estado. Consequentemente essas políticas resultam em desmatamento, contaminação, ameaças, invasão de terras indígenas e violação de direitos humanos.

Os impactos sociais atingem o povo Gamela no conflito por terra, ameaças, violências e intimidações. Os impactos ambientais, comprometem a produção de alimentos, o uso da água e ameaça a biodiversidade do Cerrado. Contudo, é grave a situação do povo Gamela que luta pela terra ancestral e por sobrevivência.

A r-existência do povo Gamela no território na luta por direitos territoriais, ambientais e políticos visam garantir a demarcação da terra para proteger a terra e

sobreviver. Essa é uma retomada de identidade étnica como povo Gamela para lutar pelos direitos sociais na segurança dos indígenas e na garantia do direito a vida.

Por tanto, é a r-existência por um meio ambiente protegido, por água sustentável e por terras produtivas. Pela proteção dos povos e comunidade tradicionais no Cerrado. E na questão política é uma luta por justiça étnica na demarcação da terra e por medidas de proteção, permanência e sobrevivência no território.

Segundo Apoinme (2021), o estado do Piauí tem atualmente 27 comunidades indígenas, distribuídas em oito (08) etnias, com 1,398 famílias, 4,200 pessoas, sendo 2,158 mulheres e 2,042 homens. Esses dados afirmam o Piauí como terra indígena e como terra de direito dos povos originários. No entanto, segundo Silva e coautores (2022, p. 4), “[...]somente em 2020, o governo do Piauí, reconheceu formal e expressamente a existência de povos indígenas no Estado”.

Segundo anotações no caderno de campo (2021), o Interpi intimidou e induziu o povo a assinar documentos para titular individualmente as famílias assentadas. As famílias autodeclaradas indígenas foram ignoradas e intimidadas, na mesma tentativa de titular o território individualmente. Além do não reconhecimento do território comum, essa iniciativa comprometeria o uso da água do brejo, pois a delimitação feita pelo Interpi invadia o brejo, tornando a área de preservação parte de fazendas e de áreas de monocultivos extensivos.

Nessa perspectiva, a Funai, instituição responsável pela demarcação das terras indígenas no Brasil, não tem atendido às reivindicações do povo indígena e não tem avançado na demarcação dessas terras. Essa ação traz percepções há uma lacuna na efetividade e no comprometimento da Funai em cumprir seu papel fundamental na proteção dos direitos territoriais dos povos indígenas.

Existem várias possíveis razões para essa situação, que podem incluir questões políticas, falta de recursos, desinteresse por parte das autoridades responsáveis ou dificuldades operacionais. A demarcação de terras indígenas no Brasil é um assunto complexo e controverso, frequentemente envolvendo interesses conflitantes, como os de agricultores, pecuaristas e empresas. Esses fatores podem contribuir para a demora e a falta de avanço na demarcação das terras indígenas.

A exemplo, a coleta dos documentos e os registros próprios de espaços de vivências e uso ancestrais (parte das estratégias e ações da Associação Indígena Gamelas),

documentando e demonstrando que a terra é território indígena, não têm sido considerados pela Funai.

O povo Gamela enfrenta o agronegócio, especialmente expansão da fronteira agrícola com o cultivo de soja. Segundo o IBGE (2017), de 1997-2020 o cultivo de soja avançou sobre cerca de 45 mil hectares no município de Currais. Essa ocupação das terras com monocultivos predatórios tem resultado na contaminação da água e na poluição do meio ambiente na região, dificultando a permanência no território.

Conseqüentemente, a r-existência indígena tem como desafio principal enfrentar a expansão do agronegócio, especialmente da produção de soja. Para se expandir, insiste em negar a existência indígena no Piauí, por meio de invasões, intimidações e violação de direitos. Para proteger o território, os Gamelas de Laranjeiras retomam a terra como direito étnico pela demarcação da terra.

Os principais problemas do agronegócio no território de Laranjeiras são: desmatamento, uso de agrotóxicos nas lavouras, enchentes, contaminação, poluição, assoreamento, invasão da terra indígena e violação de direitos humanos. Os Gamelas de Laranjeiras assumem o levante dessa luta no intuito de proteger a terra ancestral e garantir o acesso as terras produtivas.

A criação da associação de povos tradicionais e indígenas de Laranjeiras é a estratégia principal para enfrentar os impactos sociais e ambientais. O papel principal da associação é a organização coletiva na luta pela terra e pela proteção da vida dos indígenas. E, garantir legitimidade na luta pela demarcação da terra em caráter de urgência.

A criação da associação indígena Gamela de Laranjeiras é uma estratégia no processo de luta contra o avanço do agronegócio no território indígena. Evidenciando nos processos as seguintes questões:

Representação e voz coletiva, a associação indígena Gamela representa os interesses e direitos coletivos da comunidade indígena, diante do avanço do agronegócio. Ao unificar as lutas junto a outras comunidades e lideranças, a associação fortalecer a voz dos povos indígenas, permitindo que sejam ouvidos em negociações, diálogos e tomadas de decisão que afetam os territórios.

Organização e mobilização, a associação indígena promove a organização e a mobilização da comunidade, facilitando a troca de informações, experiências e estratégias

de resistência. Isso fortalece a capacidade de ação coletiva e permite que a comunidade enfrente conjuntamente os desafios impostos pelo agronegócio.

Portanto, fica claro que a situação dos indígenas de Laranjeiras é gravíssima e pede urgência na demarcação da terra. O povo Gamela sempre protegeu o território e a retomada tem como objetivo proteger a terra das ameaças do agronegócio. Essa retomada da terra é para permanecer no território originário dos ancestrais Gamelas como direito legal, étnico e ancestral.

Com os impactos sociais e ambientais e a luta desgastante por terra, o povo Gamela sinaliza a primeira ação da retomada no ano 2017. Essa ação foi parar barrar a tentativa de invasão do agronegócio no território. A tentativa de invasão tem como objetivo usar a terra indígena como área de reserva do agronegócio, conhecida como fazenda Laranjeiras.

Essas são lutas que ainda estão curso e revelam muitos desafios na r-existência dos Gamelas para demarcar e proteger a terra do agronegócio. Esse processo está em tramitação na justiça e na expectativa dos estudos da Funai para demarcar a terra. Por isso, os Gamelas continuam mobilizados de forma coletiva e lutando contra as tentativas de invasão, intimidação e violação no território.

REFERÊNCIAS

- AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais. **Leis de terras no Piauí e os direitos dos povos e comunidade tradicionais**. Nota técnica. Salvador, Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais, 2021.
- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Ed. Senac. São Paulo, 2005.
- AGUIAR, Diana; BONFIM, Joice Bonfim; PACKER, Larissa. Ribeirinhos/Brejeiros do Chope e indígenas Akroá Gamela do Vão do Vico. **Eco-genocídio no Cerrado**, vol. 10, Ibirapitanga, 2021.
- ALMEIDA, Gabriela Berthou de; PEIXOTO, João Paulo; SILVA, Mairton Celestino da; SILVA, Rafael Ricarte da; OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de. Os Gamela no Piauí: história, territórios e conflitos. In: LIMA, Carmen Lúcia Silva e NASCIMENTO, Raimundo Ferreira do. (Org.). **Gamela, Akroá Gamela: etnicidade, conflito, resistência e defesa do território**. São Luís, Ed UEMA, 2022.
- ALEGRE, Sylvia Porto. Cultura e história: sobre o desaparecimento dos povos indígenas. **Rev. de C. Sociais**, Fortaleza, p. 213-225, 1992/1993.
- APIGL – Associação dos Povos Tradicionais e Indígenas da Comunidade Laranjeiras. **Boletim informativo**. Indígenas Gamelas no Cerrado Piauiense, 2020.
- ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **Dados abertos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico**. Brasília, ANA, 2022. Disponível em: <https://dadosabertos.ana.gov.br/> Acesso em: 28 de junho de 2022.
- BANIWA, Gersem dos S. L. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, editora? Novembro de 2006.
- BONIN, Lara Tatiana. A violência como traço visível do racismo contra povos indígenas. **Relatório: violência contra os povos indígenas no Brasil. Dados 2021**. Conselho indigenista missionário (CIMI). 2022, p. 24- 27. ISSN 1984-7645.
- BARONI, Gabriel De barba; BENEDETI, Pedro Henrique; SEIDEL, Denílson José. Cenários prospectivos da produção e armazenagem de grãos no Brasil. **Revista Thema**. vol. 14, nº 4, p. 55–64, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.15536/thema.14.2017.55-64.452>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.
- BORDA, O. F. **La ciencia y el pueblo**: nuevas reflexiones sobre la investigación-acción. Bogotá, 1981.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Perspectivas para a agropecuária**, Brasília, CONAB, 2013. Disponível em <http://www.conab.gov.br>. Acesso em 11 de abril de 2023

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**: Textos de Referência da II Conferência Nacional. CONSEA: Brasília, julho, 2004. disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf. Acesso em 15 de abril de 2023

CRUZ, Samyra R. da. Uma análise sobre o cenário da fome no Brasil em tempos de pandemia do COVID-19. **Pensata**. Vol. 9, nº 21, Disponível em DOI: <https://doi.org/10.34024/pensata.2020.v9.11104>. Acesso em 10 de março de 2023

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina**. Clacso, Buenos Aires 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto; CUIN, D. P. **Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil**: Expropriação, Violência e R-Existência. Brasil, 2013.

GOMES, Santiago Castro. **Ciência sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”**. Clacso, 2005.

Governo do Estado do Piauí. APROSOJA – Associação Brasileira dos Produtores de Soja do Estado do Piauí. Acesso em 20 de março de 2023: <https://www.pi.gov.br/noticias/piaui-deve-ter-nova-safra-recorde-de-graos-em-2023/>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#caracteristicas-estabelecimentos>. Acesso em 28 de junho de 2022.

_____. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro, IBGE, 2017 – disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#caracteristicas-estabelecimentos> Acesso em: 28 de junho de 2022.

_____. **Pesquisa Agrícola Municipal (PAM)**. Rio de Janeiro, IBGE, 2019 – disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=destaques> (Acesso em: 29 de junho de 2022)

KOLLING, Patrícia. SILVESTRI, Magno. **Reflexões sobre território e terra indígena**: aspectos culturais, sociais e jurídicos. Rv: para onde? Rio Grande do Sul. ISSN 1982-0003. 2019.

- LOWY, Michael. **Lutas ecossociais dos Indígenas na América Latina**. 2014.
- MONDARDO, Marcos. **Povos indígenas e comunidades tradicionais em tempos de pandemia da Covid-19 no Brasil: estratégias de luta e r-existência**. SEG, 2020.
- MORAES, Maria Dione de Carvalho. **Memórias de um sertão desencantado** (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos Cerrados do Sudoeste Piauiense). Campinas –SP: [s. n.], 2000.
- NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira do. Os indígenas Gamela no sudoeste piauiense: lutas e resistência pela terra. In: LIMA, Carmen Lúcia Silva; NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira do (orgs.). **Gamela, Akroá Gamela: etnicidade, conflito, resistência e defesa do território**. Ed: UEMA, São Luís, p.54-75, 2022.
- NEPEECDES – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade. **Relatório técnico sobre a consulta prévia do INTERPI na comunidade Laranjeiras – Currais (PI)**. Universidade Federal do Piauí (UFPI), Núcleo de Estudos NEPEECDES, Bom Jesus, 2021.
- NETO, João Régis da Silva; SACRAMENTO, André Simas; SOUZA, Maria José Andrade de. **Nota técnica: leis de terras no Piauí e os direitos dos povos e comunidade tradicionais**. AATR – Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais, Salvador, 2020.
- OLIVEIRA, Antônio Eduardo Cerqueira de. Em contraponto ao projeto de morte e suas crises, a mobilização da esperança. **Relatório: violência contra os povos indígenas no Brasil**, Brasília, CIMI, 2022, p. 12-15.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; FARIA, Camila Salles de; FELICIANO, Carlos Alberto; PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira; SOBRINHO, José de Sousa; TORRES, Mauricio; COSTA, Sandra Helena Gonçalves; SCHWADE, Tiago Maiká Muller. **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. DOI 10.11606/9786587621326
- NUNES, Patrícia Maria Portela; MARTINS, Cynthia de Carvalho; JUNIOR, Emmanuel de Almeida Farias; ALFREDO, Wagner Berno de Almeida; **Estratégias de desenvolvimento, mineração e desigualdades: cartografia social dos conflitos que atingem povos e comunidades tradicionais na Amazônia e no Cerrado. Indígenas Gamela no Cerrado Piauiense: boletim informativo 1**. Ed. 2021.
- PIAUI. Universidade Federal do Piauí. **Projeto de Extensão Universidade Popular**. Bom Jesus, 2017.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América**. Clacso, 2005.

- MENDES, Renato; FORTUNA, Thais. **Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Organização Internacional do Trabalho. Brasília, OIT, 2011.
- RANGEL, Lucia Helena; LIEBGOTT, Roberto Antônio. Sob Bolsonaro, a violência e impunidade contra os povos indígenas foram naturalizadas. **Relatório: Violência contra os Povos Indígenas no Brasil**. Brasília, 2022, p. 15-23.
- RUFO, Tiago Fernandes. **Modernização agrícola no sudoeste piauiense**: Impactos na rede urbana regional, no meio ambiente e nas comunidades. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília, DF, UnB, 2015.
- SARAIVA, Regina C. Fernandes. Homens do tempo de Arraes: narrativas de resistência e ditadura no pós-1964. In: SAUER, Sérgio (org.). **Lutas, memórias e violações no campo Brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e presente**. São Paulo, Ed. Outras Expressões, 2020, p. 45-60.
- SAUER, Sérgio (org.). **Desenvolvimento e transformações agrárias: BRICS, competição e cooperação no sul global**. Capitalismo, agricultura e desenvolvimento no Brasil: uma contribuição para debate atual. São Paulo, 2019.
- SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Marcio Mendes (orgs.). **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2006.
- SÁTIRO, Guadalupe; LEITE, Acácio Z.; OLIVEIRA, Karla R. A.; SILVA, Anderson A.; SAUER, Sérgio. LUIZ, Felipe Perdigão de Castro. **Levantamento de legislação ambiental e fundiária no estado do Piauí**. Universidade de Brasília, UnB, Observatório de Conflitos Socioambientais do Matopiba, 2021.
- SILVA, Vicente de P. R.; ALEIXO, Danilo O.; MARACUJÁ, José D. Kettrin F. B. e ARAÚJO, Lincoln E. Uma medida de sustentabilidade ambiental: Pegada hídrica. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**. vol.17, n.1, p.100–105, 2013.
- SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n° 21. Brasília, setembro - dezembro de 2016, p. 187-226. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162106>
- SILVA, Anderson A.; CALAÇA, Manoel; MACHADO, Luiza Helena B. Compreendendo a relação entre a questão agrária e o movimento de reprimarização da economia no contexto dos BRICS. In: SAUER, Sérgio (org.). **Desenvolvimento e transformações agrárias: BRICS, competição e cooperação no sul global**. Outras Expressões, São Paulo, 2019, p.129-156.
- SILVA, Maria do Socorro Pereira da; SILVA Taynara Fernandes da; SILVA, Jose Wylk Brauna da; SANTOS, Thaynan Alves dos. **Povo Gamela na “última**

fronteira agrícola” e as questões agrárias no sul do Piauí: aspectos introdutórios da extensão popular na universidade. Gamela, Akroá Gamela: etnicidade, conflito, resistência e defesa do território. Organizadores: Carmen Lúcia Silva Lima e Raimundo. Ed: UEMA, São Luís.2022. 272 p. ISBN: 978-65-997890-3-8.

SILVA, M. do Socorro Pereira da; SANTOS, Thaynan Alves dos; SILVA, José Wylk Brauna da. Educação popular e expedições pedagógicas na prática educativa do povo indígena Gamela: Direitos e resistências étnicas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp.2, p. 1301–1320, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v17iesp.2.16979.

VERDUM, Ricardo. **O “novo indigenismo” é insustentável e expõe a população indígena a violações.** Violência contra os povos indígenas do Brasil. Dados 2021. ISSN 1984-7645. p. 34-142.